



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 137

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 137**

### **127ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Mensagens ..... 03

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 20

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Douglas Fabrício ..... 22

Dep. Elton Welter ..... 23

Dep. Antonio Belinati ..... 23

Dep. Tadeu Veneri ..... 24

Dep. Durval Amaral ..... 24

Dep. Mauro Moraes ..... 25

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ademar Traiano ..... 26

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 30

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 32

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 33

Discussão/Votação

1ª Discussão ..... 34

Redação Final ..... 36

3ª Discussão ..... 36

Requerimentos ..... 36

**Encerramento da Sessão ..... 40**

#### **Publicações:**

Atas de Comissão

Constituição e Justiça ..... 40

Redação ..... 41

#### **Publicações Administrativas:**

Procuradoria Geral

Parecer ..... 43

### **DIÁRIO Nº 137**

### **127ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**17 DE NOVEMBRO DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Fábio

Camargo, Geraldo Cartário, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº CEE/CC 1969/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 352/08 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 056/08

Curitiba, em 17/11/08.

Senhor Presidente:

Venho através do presente solicitar a antecipação da data do término de minha licença para tratamento de saúde, concedida pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em 04/08/08.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

(a) FELIPE LUCAS

OFÍCIO Nº 068/08

Curitiba, em 17/11/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude da inauguração da nova sede da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), realizada na última quinta-feira (13/11), precisei ausentar-me da Sessão Plenária realizada nesta Casa de Leis nesta mesma data.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 17/11/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente das Sessões Plenárias dos dias 12 e 13 de novembro, devido a compromissos particulares.

Sendo que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RIBAS CARLI FILHO

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 17/11/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente das Sessões Plenárias dos dias 19, 25, 26 e 31 de março, devido a compromissos particulares na região de Guarapuava.

Sendo que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 036/08

Curitiba, em 13/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei dispondo sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual Direita, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle de estado do Paraná que foram, no período compreendido entre 01/01/83 a 31/12/88: exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal; despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa; exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

O termo “anistia” significa o perdão concedido aos que foram injustamente considerados culpados por delitos, especialmente de caráter político, para que cessem as sanções contra eles e se ponha um silêncio definitivo ao acontecimento visto como fora das normas, uma vez comprovado que sofreram com os abusos de autoridades, assim como arbitrariedades.

A Carta da República do Brasil de 1988 consagrou a concessão de anistia em seu artigo 21, inciso XVII.

E não podia ser diferente, visto que a Constituição Federal nasceu da inspiração do Estado Democrático de Direito, consagrando o livre exercício da democracia e da liberdade de expressão e, com isto, banir dos nossos dias

qualquer tentativa de repressão do pensamento por parte do estado, em especial aos funcionários.

A proposta ora em tela busca minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, no período que especifica, por terem sido demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais e terem sido privados dos seus cargos ou empregos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica concedida a anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista sob controle do estado, que, no período compreendido entre 01/01/83 a 31/12/88, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista, nos seguintes termos:

I - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

II - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividades profissional em decorrência de movimentação grevista.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego estável à época da demissão e/ou exoneração, demitidos ou dispensados.

Art. 2º o retorno ao serviço dar-se-à, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta lei.

Art. 3º Observado o disposto nesta lei e de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras da Administração, o Poder Executivo definirá o retorno ao serviço dos servidores ou empregados despedidos arbitrariamente no período a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º No prazo estipulado no artigo 2º, quando necessária a realização de concurso, contratação ou processo seletivo com vistas ao provimento de cargo ou emprego permanente, a Administração Pública Estadual

e as empresas sob controle do estado do Paraná excluirão das vagas a serem preenchidas pelos concursados o número correspondente ao de postulantes habilitados na forma desta lei para os respectivos cargos ou empregos.

Art. 5º Serão instaladas, no prazo de 30 dias, no âmbito de cada órgão e entidade da Administração Estadual Direta e Indireta que tenham servidores ou empregados exonerados, demitidos ou dispensados no período a que se refere o artigo 1º, Comissões Especiais de Anistia, que decidirão, em caráter terminativo, sobre a existência da motivação política refletida no inciso III do artigo 1º desta lei, desde que devidamente caracterizada e comprovada, em cada caso, nos autos do respectivo processo, com as atribuições de:

I - analisar os requerimentos, desde que formulados no prazo estipulado no artigo 2º, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no artigo 1º os seguintes aspectos:

a) a incidências da decadência prevista no artigo 9º desta lei; e

b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa,

II - analisar as razões da defesa e a instrução probatória;

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no artigo 5º, inciso I, alínea "b";

IV - deliberar quanto ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido;

V - encaminhar as suas conclusões, na forma do artigo 6º.

§ 1º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão de que trata esta lei, não poderão integrar as Comissões de que trata esse artigo.

§ 2º Constatada que não houve notificação pessoal, ou que não forem observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o requerente será notificado pela respectiva Comissão para, no prazo de 10 dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito.

§ 3º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegadas, facultando-se às comissões requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação.

§ 6º As conclusões, quanto ao recolhimento da condição de anistiado, serão submetidas ao Governador do Estado, a quem cabe deliberar sobre o retorno dos servidores despedidos arbitrariamente.

Art. 7º No desempenho de suas atribuições, as Comissões deverão observar o disposto no artigo 1º desta lei, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I - as exonerações e dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III - as dispensas por justa causa;

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual; ou

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

V - as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a Administração Pública do Estado do Paraná.

Art. 8º A anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

Art. 9º Ressalvado o prazo para conhecimento da anistia de que trata esta lei, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 037/08

Curitiba, em 13/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica e adotar outras providências.

Voltado à valorização do profissional recém-graduado, o Governo do Paraná institui o Programa de Residência Técnica envolvendo a comunidade acadêmica e secretarias e órgãos estaduais, beneficiando, por certo, toda a sociedade.

O programa será desenvolvido no âmbito das secretarias e órgãos do estado, onde o cidadão graduado terá a prática acadêmico-pedagógica visando o seu desenvolvimento profissional e de cidadão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná.

§ 1º Para efeitos desta lei, entende-se como Programa de Resistência Técnica o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas no âmbito das Secretarias de Estado e nas entidades autárquicas estaduais desde que possuam convênio ou termo de cooperação com cursos de pós-graduação *lato sensu*, ofertados por instituições de ensino superior públicas ou privadas, localizadas no estado do Paraná.

§ 2º O programa de que trata esta lei destina-se a fomentar a especialização de graduados há, no máximo, 36 (trinta e seis) meses, em cursos de nível superior, na data da inscrição no programa, e que estejam inscritos ou cursando pós-graduação *lato sensu*, ofertado por uma das instituições de ensino superior, localizadas no estado do Paraná, em áreas relacionadas ao âmbito de atuação dos órgãos e das entidades autárquicas do Poder Executivo.

§ 3º O Programa de Residência Técnica, a ser implementado em parceria com as instituições de ensino superior localizados no estado do Paraná, tem por finalidade proporcionar a prática acadêmico-pedagógica aos alunos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, indicadas no parágrafo anterior, durante a realização de seus cursos de especialização, contribuindo, assim, para o desenvolvimento destes para a vida cidadã e para o trabalho.

§ 4º A prática acadêmico-pedagógica dos alunos residentes será realizada nos diversos órgãos das Secretarias de Estado e nas entidades autárquicas, não podendo exceder a 06 (seis) horas diárias, 30 (trinta) horas semanais, por um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 5º O ingresso no Programa de Residência Técnica é facultativo e está condicionado à aprovação em exame de seleção, que incluirá prova escrita ou prova escrita e de títulos, a ser realizado pelas instituições de ensino superior conveniadas com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e em parceria

com as respectivas Secretarias de Estado e entidades autárquicas.

§ 6º O aproveitamento dos alunos-residentes aprovados no exame de seleção, de que tratam os parágrafos anteriores, está condicionado ao número de vagas ofertadas anualmente para os graduados em curso de nível superior, nos moldes estabelecidos no parágrafo 2º deste artigo, compatível com a área de atuação das Secretarias de Estado e das entidades autárquicas.

§ 7º O exame de seleção será regido por edital publicado na imprensa oficial, no qual constará o número de vagas ofertadas, o conteúdo programático das disciplinas avaliadas e a identificação dos títulos pontuados, acaso exigido no certame.

§ 8º A prova escrita do exame de seleção valerá 90 (noventa) pontos e versará sobre as matérias/disciplinas do curso de pós graduação *lato sensu*, e a prova de títulos, se exigida, valerá 10 (dez) pontos e apreciará a experiência acadêmica e profissional do candidato na área de atuação da Secretaria de Estado ou entidade autárquica, totalizando 100 (cem) pontos.

§ 9º Os alunos residentes realizarão atividades de natureza teórica, no ambiente acadêmico das Instituições de Ensino Superior conveniadas, e atividades práticas junto aos órgãos das Secretarias de Estado e entidades autárquicas, exercendo, em caráter exclusivamente de apoio, funções inerentes à respectiva formação profissional, devidamente supervisionada e acompanhada por profissional técnico do quadro de servidores efetivos do estado, com formação em ensino superior na área de atuação, e pela instituição de ensino superior conveniada.

§ 10. Os alunos-residentes não poderão firmar, nem mesmo em conjunto com o servidor técnico designado, qualquer ato, parecer ou laudo emitido pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

§ 11. O descumprimento da determinação constante nos parágrafos anteriores, importará na responsabilidade civil e administrativa do servidor-orientador, podendo, além de lhe ser aplicado medida disciplinar, após o devido processo legal, vir a responder pelos prejuízos causados ao erário estadual.

§ 12. O servidor-orientador, responsável pelo acompanhamento e supervisão dos alunos-residentes, será responsabilizado civil e administrativamente se indicar aluno-residente para a realização de atividade que não sejam compatíveis com a programação curricular definida pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

§ 13. Os preceitos desta lei poderão ser aplicados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa, correndo à conta de dotações orçamentárias próprias as despesas necessárias à implementação desta lei em suas áreas de atuação.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, coordenadora do Programa de

Residência Técnica, a firmar convênio com as demais Secretarias de Estado, entidades autárquicas e órgãos da estrutura dos Poderes Legislativo e Judiciário e instituições de ensino superior com o objetivo de estabelecer as parcerias necessárias à implementação do Programa de Residência Técnica.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bolsa-auxílio aos alunos participantes do Programa que, comprovadamente, não possuam renda ou auferam qualquer tipo de remuneração ou salário, cujo valor mensal será definido por decreto.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros necessários para a efetivação do Programa de Residência Técnica e o pagamento da bolsa-auxílio, a que se refere esta lei, deverão estar previstos no orçamento anual de cada Secretaria de Estado, Órgão, Instituição ou Autarquia proponente, podendo ainda serem provenientes de fundos estaduais geridos pelos respectivos proponentes.

Art. 4º A Secretaria de Estado ou entidade autárquica fixará os horários para desempenho das atividades práticas pelos alunos-residentes, devendo ser compatíveis com os horários dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

§ 1º As atividades dos alunos-residentes cessarão imediatamente por conclusão do curso de pós-graduação, pela desistência ou pelo desligamento do curso superior do programa.

§ 2º A duração da residência técnica não poderá exceder o prazo de duração do respectivo curso de pós-graduação.

§ 3º A desistência do aluno-residente ou o desligamento motivado da instituição de ensino superior do Programa de Residência Técnica implicará, independentemente de qualquer comunicação, no cancelamento automático do recebimento da bolsa-auxílio pelo aluno-residente.

§ 4º Será assegurado ao aluno-residente um recesso não remunerado de 15 (quinze) dias, por ano, a ser fruído, preferencialmente, durante o recesso do curso de pós-graduação.

Art. 5º Obterá o Certificado de Residência Técnica, emitido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o aluno-residente que permanecer no Programa por pelo menos 12 (doze) meses, com frequência efetiva igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento igual ou superior à nota 7 (sete).

Art. 6º Cada aluno-residente terá, como orientador e supervisor imediato, um servidor técnico efetivo do estado, com formação em ensino superior na área de atuação, designado pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

Parágrafo Único. A condição de orientador e supervisor imediato, referida no *caput* deste artigo, pelo

prazo mínimo de 12 (doze) meses, valerá como título para fins de progressão funcional por titulação, nos termos da Lei Estadual nº 13666, de 05/07/02.

Art. 7º O aluno-residente apresentará relatório mensal de suas atividades, salvo durante o período de recesso, ao servidor-orientador que lhe atribuirá nota de 0 (zero) a 10 (dez), apreciando os seguintes critérios:

- I - interesse;
- II - aproveitamento;
- III - zelo;
- IV - disciplina.

Art. 8º Serão desligados do programa os alunos residentes que:

- I - apresentarem seis ou mais faltas em um mês civil, não justificadas (artigo 9º);
- II - não tiverem a frequência mínima exigida no curso de pós-graduação e no Programa de Residência Técnica (artigo 5º);
- III - tiverem desempenho insuficiente (artigo 10);
- IV - tiverem conduta ou praticarem ato incompatível com o zelo e a disciplina ou que descumprirem as normas regulamentares do órgão ou da entidade autárquica, bem como os deveres previstos na Lei Estadual nº 6174, de 16/11/70 (artigo 11).

Art. 9º O pedido de justificativa de ausência deverá ser apresentado, com os comprovantes respectivos, ao servidor-orientador designado pela administração que só poderá aboná-la de forma motivada, sob pena de responsabilidade administrativa.

Parágrafo Único. Os dias de ausência não justificada serão descontados proporcionalmente no valor da bolsa-auxílio.

Art. 10. Considera-se insuficiente o desempenho do aluno-residente que:

- I - em dois meses consecutivos, apresentar avaliações com notas inferiores a 7 (sete);
- II - em uma única avaliação, apresentar nota igual ou inferior a 4 (quatro).

Parágrafo Único. A nota atribuída ao aluno-residente pelo servidor-orientador deverá ser motivada e lançada em seu cadastro para fins de consultas posteriores pela Secretária de Estado ou entidade autárquica.

Art. 11. A hipótese do inciso IV do artigo 8º será configurada mediante declaração por escrito do servidor-orientador, encaminhada ao responsável pelo programa junto à Secretaria de Estado ou entidade autárquica onde é realizada a residência, que decidirá, após a oitiva do aluno-residente, pelo desligamento imediato desse aluno ou por seu aproveitamento sob a orientação de outro servidor efetivo, conforme a gravidade da conduta.

Art. 12. A participação no programa na condição de aluno-residente não cria vínculo empregatício entre o aluno-residente e o estado do Paraná.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Estadual nº 14803, de 20/07/05.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 038/08

Curitiba, em 13/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14260, de 22/12/03 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA), aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2009 e adota outras providências.

JUSTIFICATIVA:

**Art. 1º Alterações da Lei nº 14260/03:**

**I - Art. 1-A:** Possibilita a inscrição em dívida ativa dos exercícios anteriores ao corrente, além de possibilitar a inscrição do exercício em curso, caso haja determinação judicial.

Redação anterior à proposta:

*Art. 11-A. Os débitos do IPVA, de exercícios anteriores ao corrente, serão automaticamente inscritos em dívida ativa caso não sejam quitados até o último dia útil deste mesmo exercício.*

**II - Art. 22:** Altera o dispositivo que anualmente prevê a aprovação da tabela de valores venais para cálculo do IPVA, cabendo lembrar que mencionada tabela:

- já possui credibilidade perante os contribuintes paranaenses, posto que é adotada desde 2004, sendo elaborada totalmente pela FIPE-SP (entidade especializada, isenta e imparcial relativamente à área tributária/fiscal) e aceita em âmbito nacional, inclusive para fins de pagamento de seguros de veículos;

- reflete, simplesmente, os valores médios do mercado paranaense pesquisado pela FIPE-SP, posto que a SEFA/PR não se envolve com os valores ali lançados.

Redação anterior à proposta:

*Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2008, que constitui o Anexo Único desta lei.*

**III - Art. 23-A:** Insere dispositivo legal que possibilita a todos os contribuintes do estado a apresentação de questões pertinente ao IPVA paranaense.

**Art. 2º:**

Desde o exercício de 2005 o estado do Paraná não mais exige o IPVA em razão da propriedade de embarcações e aeronaves.

Cumpra observar que o estado do Paraná foi pioneiro na tentativa de cobrança do IPVA para embarcações e aeronaves.

Contudo, devido:

- à alta inadimplência no período de exigência do imposto, que gira em torno de 85% para esses veículos;
- ao custo dessas informações nos cadastros estaduais;

- ao volume considerável de mandados de segurança exarados antes da retirada da hipótese de incidência do texto da lei, demandando grande esforço administrativo para atendê-los;

- à grande dificuldade em se manter um cadastro atualizado com informações advindas dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica;

- ao Parecer nº 170/04 da Procuradoria Geral do Estado, que considerou, a despeito da existência da Lei nº 14260/03, que não poderia haver a incidência do IPVA para embarcações e aeronaves, por inconstitucional.

Desta forma, conclui-se pela necessidade em se regularizar tais débitos pendentes.

Valores a dispensar: R\$ 27,6 milhões.

Número de débitos: 2.772.

#### **Art. 3º:**

Dispensa de pagamento os débitos tributários relativos aos veículos leiloados pelo DETRAN/PR, na condição de sucata.

Considerando:

- a solicitação pelo DETRAN/PR da existência de lei que dispense os débitos de IPVA de veículos leiloados por aquele órgão;

- a difícil recuperação dos valores relativos ao IPVA dos veículos que foram ou irão a leilão pelo DETRAN/PR;

- que os veículos não mais estarão em circulação, posto sucateamento dos mesmos;

- os valores relativamente diminutos do IPVA vinculados aos mencionados veículos (com fulcro no artigo 172, III, do Código Tributário Nacional -CTN).

Já vigoraram leis anteriores dispensando tais débitos (Lei nº 14553/04 - para leilões realizados até 31/12/04 e Lei nº 15336/06 - para leilões realizados até 31/12/07).

#### **Art. 4º:**

Dispensa débitos do IPVA, anteriores ao exercício de 2004, em razão da dificuldade de cobrança e pelo alto custo da sua manutenção no cadastro do estado.

Ademais, parcela desses débitos tributários sequer pode ser objeto de execução fiscal, segundo previsão da Lei nº 15354, de 22/12/06.

Há que se ter em conta, nesse passo, o princípio da eficiência insculpido no artigo 37 da Constituição da República, posto que o custo de tal cobrança administrativa gira em torno de R\$ 250,00, por débito, até a fase judicial final, o que implicaria valor de R\$ 71,5 milhões para cobrança.

Total pendente a reemitir: R\$ 54,2 milhões.

Número de veículos contemplados: 286 mil.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alteração na Lei nº 14260, de 22/12/03;

I - O artigo 11 - A passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-A. Poderão ser inscritos em dívida ativa os débitos do IPVA de exercícios anteriores ao corrente, caso não sejam quitados até o último dia útil do exercício anterior.

Parágrafo Único. Poderão também ser inscritos em dívida ativa os débitos de IPVA do exercício corrente em razão de ordem judicial com a finalidade de desvincular o débito da propriedade de veículo.”

II - O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA para o exercício de 2009, e que constitui o anexo único desta lei.”

III - Fica acrescentando o artigo 23-A:

“Art. 23-A. A Secretaria de Estado da Fazenda manterá Setor Consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao IPVA, formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

Parágrafo Único. As respostas às consultas:

a) serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado por meio de publicação periódica;

b) servirão como orientação geral da Secretaria de Estado da Fazenda em casos similares;

c) não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao IPVA, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.”

Art. 2º Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ajuizados ou não, com lançamentos relacionados às embarcações e aeronaves.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.

Art. 3º Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos baixados, até 31/12/08, e leiloados pelo



Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, na condição de sucata.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 4º Os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31/12/03, ajuizados ou não, ficam dispensados de pagamento.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

## **Indicações**

### **INDICAÇÃO Nº 387/08**

#### **SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a cessão de ônibus escolar para o Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas no município de Palmeira.

Sr. Presidente:

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a cessão de 02 (dois) ônibus escolares e 01 (um) micro ônibus escolar para o Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas no município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

#### **JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação se faz necessária devido o colégio atender 258 alunos, sendo que 130 alunos e 25 funcionários utilizam o transporte escolar diariamente, alguns alunos utilizam de transporte solidário (carona) para irem até o colégio. O colégio mantém apenas um ônibus em estado precário, dificultando o transporte escolar e o ensino, pois os alunos têm aulas externas para colocarem em prática o aprendizado e às vezes ficam sem participarem de eventos e aulas fora do município, que são importantes para o currículo escolar.

Por essa razão consideramos justo que o colégio seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

### **INDICAÇÃO Nº 388/08**

#### **SÚMULA:**

Instalação de câmaras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos administrados pela URBS - Urbanização de Curitiba S.A.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Paulo Afonso Schmidt, DD. Presidente da URBS - Urbanização de Curitiba S.A., a instalação câmeras de segurança com o recurso de gravação nas instalações e equipamentos administrados pela mesma e com grande fluxo e movimento de pessoas.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### **JUSTIFICATIVA:**

É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente e uma das formas de prevenir a sua escalada é a instalação e câmeras de segurança em locais de grande movimentação e fluxo de pessoas. A instalação dos equipamentos representará não apenas uma maneira de desestimular a ação de agentes delituosos, mas também para ampliar o nível de segurança e proporcionar meios para investigação e elucidação de crimes. Esse recurso auxiliar já vem sendo adotado com sucesso por muitos estabelecimentos privados. Os sistemas de segurança por meio de câmera evoluíram muito nos últimos anos e apresentam, atualmente, muitas opções de preço e qualidade. Em geral, os sistemas atuais permitem a visualização das imagens de forma nítida e com alcance variado.

Um grande diferencial nas câmeras é justamente os detalhes de imagem que ela consegue apresentar. A qualidade da gravação é de fundamental importância na aplicação de segurança. Pouco ou nenhum valor possui uma imagem gravada que não permite identificar os autores dos eventos. Na maioria dos casos é preciso identificar detalhes, tais como fisionomias, cores, ferramentas e utensílios portados, etc. E, atualmente, não é possível mais justificar a não utilização desse recurso tecnológico por conta do volume de recursos financeiros necessários para sua instalação e manutenção, pois os custos caíram vertiginosamente devido ao avanço tecnológico e a ampliação do consumo. Portanto, quando se trata de salvaguardar a vida humana, o poder público deve agir prontamente e em consonância com os avanços tecnológicos.

### **INDICAÇÃO Nº 389/08**

#### **SÚMULA:**

Instalação de câmaras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos públicos municipais.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, indica ao Exmo. Sr. Beto Richa, DD. Prefeito do município de Curitiba, a instalação de câmeras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos urbanos com grande fluxo e movimento de pessoas.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente e uma das formas de prevenir a sua escalada é a instalação de câmeras de segurança em locais de grande movimentação e fluxo de pessoas. A instalação dos equipamentos representará não apenas uma maneira de desestimular a ação de agentes delituosos, mas também para ampliar o nível de segurança e proporcionar meios para investigação e elucidação de crimes. Esse recurso auxiliar já vem sendo adotado com sucesso por muitos estabelecimentos privados. Os sistemas de segurança por meio de câmera evoluíram muito nos últimos anos e apresentam, atualmente, muitas opções de preço e qualidade. Em geral, os sistemas atuais permitem a visualização das imagens de forma nítida e com alcance variado.

Um grande diferencial nas câmeras é justamente os detalhes de imagem que ela consegue apresentar. A qualidade da gravação é de fundamental importância na aplicação de segurança. Pouco ou nenhum valor possui uma imagem gravada que não permite identificar os autores dos eventos. Na maioria dos casos é preciso identificar detalhes, tais como fisionomias, cores, ferramentas e utensílios portados, etc. E, atualmente, não é possível mais justificar a não utilização desse recurso tecnológico por conta do volume de recursos financeiros necessários para sua instalação e manutenção, pois os custos caíram vertiginosamente devido ao avanço tecnológico e a ampliação do consumo. Portanto, quando se trata de salvar a vida humana, o poder público deve agir prontamente e em consonância com os avanços tecnológicos.

INDICAÇÃO Nº 390/08

SÚMULA:

Indica à Superintendência de Desenvolvimento Educacional, da Secretaria de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Castelo Branco.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, requer à Mesa seja oficiado à Superintendência de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação, Exmo. Sr. Luciano Mewes, solicitando do mesmo a doação de ônibus escolar para a Prefeitura do município de Castelo Branco.

A referida comunidade tem necessidade de ônibus para melhorar a qualidade do transporte escolar, sobretudo na área rural, propiciando condições de segurança para as crianças.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

## Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3262

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 392/08, que dispõe sobre Orçamento Anual para o exercício de 2009, até o dia 26/11/08.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à V. Exa., que seja realizada Audiência Pública, na sede do município de Paranaguá, para discutir-se sobre o Zoneamento Ambiental e diretrizes de ocupação do solo da Ilha do Mel, antes da 2ª discussão em plenário do Projeto e Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo; após seu retorno a esta Casa de Leis, pois o mesmo foi votado em 1ª discussão e enviado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em razão do referido projeto versar sobre o zoneamento ambiental e ocupação do solo na Ilha do Mel, interferindo fundamentalmente no município de Paranaguá e inclusive na comunidade lá residente, devendo ser amplamente debatido com a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 3280

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, da Constituição Estadual, e no artigo 34, inciso I e parágrafos I a V e artigo 35 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a Constituição de Comissão Especial, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para tratar assuntos relativos à áreas de proteção de reserva legal e proteção de matas ciliares no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(aa) ADEMAR TRAIANO, DR. BATISTA, LUCIANA RAFAGNIN, NEREU MOURA, DUÍLIO GENARI, ARTAGÃO JÚNIOR, EDSON

STRAPASSON, ANTONIO BELINATI,  
PROFESSOR LUIZÃO, JONAS GUIMARÃES,  
ELTON WELTER, MARCELO RANGEL, ELIO  
RUSCH, DURVAL AMARAL, LUIZ NISHI-  
MORI, PASTOR EDSON PRACZYK e  
DOUGLAS FABRÍCIO.

#### REQUERIMENTO Nº 3272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 13 do mês corrente, devido a reunião institucional com membros da Associação da Polícia Federal.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 3274

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, nos dias 10 a 12 de novembro de 2008, integrando comitiva oficial do Presidente da República, em viagem à Itália, sem ônus para esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3201

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, no horário do Grande Expediente, em data a ser acordada entre essa Presidência e Lideranças durante a semana compreendida entre os dias 17 e 20 de novembro do corrente, o Sr. Rodrigo da Rocha Loures, Presidente da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná - para dar o posicionamento oficial da entidade acerca da reforma tributária proposta pelo Governo Estadual através do Projeto de Lei nº 402/08, tendo em vista a agenda legislativa daquela entidade para o próximo ano.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(aa) RENI PEREIRA

ELIO RUSCH

VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 3232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada a data de entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Cândido Furtado Maia Neto, Lei nº 15721, de 10/12/07.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ FERNADES LITRO

#### REQUERIMENTO Nº 3261

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, perante V. Exa., para REQUERER, depois de ouvido o douto Plenário desta Assembléia Parlamentar, que seja determinado à digna Comissão Temática Permanente de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, que proceda, nos termos dos incisos VIII e X, do parágrafo 1º, do artigo 29, do Regimento Interno, a intimação da Empresa Cinemark, afim de que seu representante compareça perante a Comissão em local, data e hora marcados, para coleta de depoimento acerca dos motivos que levam a referida empresa a desrespeitar os mandamentos da Lei Estadual nº 15876, recentemente aprovada por unanimidade nesta Casa de Leis.

Tal requerimento funda-se no fato de que denúncias estão sendo formalizadas, indicando que a empresa Cinemark, e tão-somente esta empresa, num universo de inúmeros outros estabelecimentos que realizam espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais recreativas, de artes plásticas e outras que proporcionam lazer e entretenimento, vem se recusando a conceder a meia entrada para os professores da rede de ensino pública e privada.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Waldemar Scardazzi, deixando viúva a Sra. Dinorah Pinheiro, as filhas: Thaís, Dóris, Cláudia e Maria.

O Dr. Waldemar Scardazzi, mineiro de nascimento, mas Cidadão Honorário do Paraná, foi Vereador em Sertaneja por quatro mandatos, sendo três vezes Presidente da Câmara e Prefeito de Sertaneja por três mandatos.

Requer, ainda, que seja dada ciência à família enlutada, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 3177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Tamae Maruo, do lar, com 95 anos de idade, no último dia 31 de outubro, na cidade de Curitiba.

Tamae Maruo era viúva do Sr. Mikio Maruo e deixa seis filhos: Minoru Maruo, Mitiko Matsuo,

Tamotsu Maruo, Hiroshi Maruo, Yasuko Sairchild e Tohoru Maruo. Deixa ainda 11 netos e 5 bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3218

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Bono Belascusas, ocorrido ontem, dia 11, na cidade de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A pranteada era membro de família pioneira do município de Nova Londrina. A família Bono Belascusas constituiu-se ao longo dos anos, em alicerce na tarefa da edificação e da consolidação do desenvolvimento novalondrinense. Bastante conceituada e merecedora da admiração e do respeito por parte de todos os que tiveram a ventura do gozo do seu convívio, a família lastima a perda de um dentre os seus entes queridos.

Esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumpre com pesar, o dever de preservar a memória da sua ilustre filha, a Sra. Maria de Lourdes Bono Belascusas, registrando o seu desenlace, nos Anais dos seus trabalhos.

Deixa os filhos: Adão, Antonio, Júlio, Francisco, Mário e Manoel, este último ex-dirigente do Núcleo Regional de Ensino daquela cidade de Loanda, onde hoje assessora a municipalidade, no cargo de Secretário Administrativo.

Que a decisão, se dê ciência aos seus familiares, através de encaminhamento de correspondência ao professor Manoel Bono Belascusas.

#### REQUERIMENTO Nº 3221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Shuji Seto Takeguma, jornalista, artista plástico e bonsaísta, com 64 anos de idade, no último dia 16 de novembro, na cidade de Curitiba.

Shuji Seto Takeguma era filho de Sr. Yoshinori Takeguma e da Sra. Yoshie Seto Takeguma. Deixa viúva a Sra. Mitsue Kawahara Takeguma e três filhos: Sayuri, Mayuri e Noriaki.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, à família do Sr. Carmelino Rocha Ribeiro, que aos 83 anos de idade, vítima de uma trombose, faleceu nesta última quinta-feira.

Carmelino Ribeiro, foi Vereador, Vice-Prefeito e Prefeito de Mandaguáçu no período de 1977 a 1990.

Era agricultor, mas acabou se destacando como político durante os 59 anos que residiu em Mandaguáçu.

Deixa viúva a Sra. Elizabete Magalhães Rocha e sete filhos.

Ficam registrados nesta Casa os sinceros pêsames deste Parlamentar à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdemar Eidam, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Nardelie de Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cristine de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Clarice Pontes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Elvira Budzinski Stavski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Claudionor Oliveira Camargo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leoni Delega de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Enoel de Paula, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucinete Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Moacyr Ribeiro Dias, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Starlon, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Ferreira de Ávila, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leoni Dihl, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Soares Mattos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adriane Mariano Lacerda, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Santos Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zoraide Cominese Ribeiro Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Edite Degraf, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdir João Carneiro Ribas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Kaschaki, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mitsuko Miura, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria de Marins, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Nivaldo de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leia Schnigeovski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alípio Gomes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leopoldo Tocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valmor Soares, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar à família da Sra. Maria de Lurdes Silva, pelo falecimento desta ocorrido no último domingo, na cidade de Umuarama.

Sua morte deixa entristecida a população de Umuarama, pois se trata de pessoa bem conceituada, sendo irmã do Prefeito eleito daquele município, Moacir da Moreina.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) EDGAR BUENO

**REQUERIMENTO Nº 3275**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, na data de hoje, do Sr. Floriano Maichaki Junior, Coordenador Disciplinar do Colégio Sant'Ana, muito amado e respeitado por seus familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 3216**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Senadora Kátia Abreu, bem como ao Presidente da FAEP, Sr. Ágide Meneguette, enviando aos mesmos voto de congratulações em razão da eleição para Presidente e primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, para o triênio 2008/2011.

Em 50 anos de existência da CNA é a primeira vez que uma mulher ocupará a presidência da instituição. Entre os 27 Presidentes das Federações Estaduais, Kátia Abreu recebeu o voto de 26, sendo um voto em branco.

A posse da nova diretoria ocorrerá em 16 de dezembro e contará com o trabalho competente do Presidente da FAEP, o Sr. Ágide Meneguette. Trata-se de líder paranaense que merece o reconhecimento e a nova presidência vê a FAEP como modelo a ser seguido no Brasil e essa experiência integrará o planejamento estratégico da nova gestão.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 3219**

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações ao Sr. Ilivaldo Duarte, pela respeitável marca de 800 (oitocentos) programas Tocando Em Frente apresentados na Rádio Rural - AM de Campo Mourão.

O Sr. Ilivaldo alcançou na data de 15/11/08 a marca inédita na imprensa mourãoense do programa de número 800 (octingentésimo). O programa de rádio é apresentado todos os sábados, com duração de 2h há mais de 15 (quinze) anos, ininterruptamente. Nas ondas médias do rádio mourãoense o Sr. Ilivaldo leva a todos as suas notícias esportivas e de cultura geral, com toques de polêmica e pitadas de humor.

Data decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Ilivaldo Duarte e, também à Rádio Rural - AM.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**JUSTIFICATIVA:**

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho realizado pelo Sr. Ilivaldo Duarte que tem, de forma brilhante, conduzido o Programa Tocando Em Frente na Rádio Rural - AM de Campo Mourão.

O programa de nº 800 (octingentésimo) representa um verdadeiro marco no jornalismo mourãoense e paranaense. Pedagogo, bacharel em Direito e Jornalista, o Sr. Ilivaldo é membro de destaque na sociedade que o reconhece pela seriedade, competência, elevadíssima cultura e poder de comunicação. O atingimento desta marca inédita na imprensa mourãoense, é a prova inequívoca de seus atributos.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática social do Sr. Ilivaldo sempre representará um orgulho para o município de Campo Mourão e para toda a região e, sem dúvida alguma, a sua regularidade e constância representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 3223**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Marialva, pelos seus 57 anos de emancipação política, no dia 15 deste mês de novembro.

Marialva comemorou seu aniversário com um feriado na sexta-feira, deixando as festividades para o final do ano quando haverá uma extensa programação para a sua população.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal Humberto Feltrim que está terminando de cumprir o seu segundo mandato.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

**REQUERIMENTO Nº 3224**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Iguaçu, pelos seus 53 anos de emancipação política, no dia 22 deste mês de novembro.

Iguaçu é um município da região noroeste, próximo a Maringá, com uma população de aproximadamente 3 mil e 824 habitantes.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal Ângelo Celso Zampieri.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Uniflor, pelos seus 47 anos de emancipação política, no dia 15 deste mês de novembro.

Uniflor é um município da região noroeste, próximo a Nova Esperança, com uma população de aproximadamente 2 mil e 500 habitantes e foi desmembrado do município de Nova Esperança.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal Miguel Ângelo Pettenazzi.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Inajá, pelo seu aniversário de emancipação política, no dia 15 deste mês de novembro.

Inajá é um município da região da AMUNPAR, com uma população de aproximadamente 2 mil e 900 habitantes.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal Manoel Aguilar Filho.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Ivaiporã, pelos seus 47 anos de emancipação política, no dia 19 deste mês de novembro.

Ivaiporã é um município da região da AMUVI, com uma população de aproximadamente 32 mil habitantes.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal Célio Pereira.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Ourizona, pelos seus 47 anos de emancipação política, no dia 19 deste mês de novembro.

Ourizona é um município da região da AMUSEP, com uma população de aproximadamente 3 mil e 300 habitantes e foi desmembrado do município de Mandaguaçu.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal Sérgio Luiz Dias Neves.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Engenheiro Beltrão, pelos seus 53 anos de emancipação política, no dia 19 deste mês de novembro.

Engenheiro Beltrão é um município da região da COMCAM, com uma população de aproximadamente 14 mil habitantes e foi desmembrado do município de Peabiru.

Cumprimentamos toda a população através do seu Prefeito Municipal José Dalpont.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações aos alunos Jhonatan Duarte, Débora Grahl e Cecília Chaves, do Colégio Estadual Princesa Izabel, do município de Três Barras do Paraná, por terem sido aprovados no Programa Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados.

Requer ainda, que seja dado ciência aos alunos, enviando correspondência ao Colégio Princesa Izabel.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

A homenagem ora requerida é de fundamental importância tendo em vista que os projetos de lei apresentados pelos alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Princesa Izabel, Jhonatan Duarte, Débora Grahl e Cecília Chaves, de Três Barras do Paraná, foram selecionados para serem apresentados em Brasília.

Na ocasião, os estudantes participaram de uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, iniciativa do Programa Parlamento Jovem Brasileiro, que tem por objetivo possibilitar aos alunos com idade entre 16 e 22 anos de escolas públicas e particulares a convivência com o processo democrático.

Foi uma grande conquista pessoal e acadêmica, sobretudo, porque os projetos de lei que complementam a Constituição Federal por eles elaborados, passaram por uma triagem na escola, no Núcleo Regional de Educação e depois pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Ao total, 78 estudantes brasileiros, dos quais cinco paranaenses, tiveram seus trabalhos selecionados.



Por outro lado, é necessário mencionar a conquista para Três Barras do Paraná, uma vez que esse projeto irá elevar ainda mais o conceito educacional do município e incentivar os colegas para tentarem repetir o êxito no próximo ano.

Por isso, queremos parabenizá-los pela qualidade dos trabalhos, dignos de divulgação, com votos extensivos ao professor José Davi Paulo e à Diretora Elizabeth Paludo.

#### REQUERIMENTO Nº 3273

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Reitor da Universidade Positivo e Presidente do Grupo Positivo, Professor Oriovisto Guimarães, enviando ao mesmo voto de congratulações em razão do lançamento do Centro Tecnológico da Universidade Positivo.

“Só permanece aquilo que muda” (Confúcio).

A falta de empregos é fato na sociedade moderna. Contudo, a falta de mão-de-obra especializada é um problema ainda maior.

A visão de futuro do Grupo Positivo merece ser enaltecida. Na Europa e Estados Unidos a formação de tecnólogos é realidade há décadas. Reconhece-se a importância da adequação entre formação e oportunidades de emprego.

Parabéns aos membros desse importante grupo.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3278

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, de efusivas congratulações à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pela exemplar organização do 13º Programa Agrinho cuja festa de premiação aconteceu no dia de hoje, na cidade de Curitiba.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas! Como se verifica, sem qualquer vestígio de dúvidas, a cada novo evento, a organização e a condução do Programa Agrinho transfigura mais qualidade e pujança. A mobilização de cerca de 1,5 milhão de crianças das escolas públicas e privadas do estado do Paraná, a cada novo ano, para a discussão dos problemas sociais e ambientais, para qualificar a vida e o exercício da cidadania, expressa muito bem o tamanho do projeto.

O Agrinho a cada novo evento se agiganta. Suas proporções de força a cada nova realização se fazem maiores. Em 2008, segundo informações da própria Federação, o programa envolveu a participação de 76 mil professores de 95% dos municípios paranaenses. O que é uma prova incontestável de sua grandeza e do seu longo alcance social, em especial na comunidade escolar.

Nenhum grande feito pode ser alcançado se não existem homens capazes de realizá-lo. Se o Agrinho alcança tanto sucesso, é evidente, que isso é fruto da competência e do alto espírito empreendedor da Diretoria da FAEP. Que ano a ano, como se nota, prima para levar a bom termo o programa.

Como já tenho posto anteriormente em proposições de igual natureza, uso da afirmação de um sábio que sempre é bom enaltecer e saudar os grandes feitos, pois, quando isso se faz, se enaltece antes de tudo, a criatura humana cuja filosofia de trabalho e de vida foram capazes de realizar grandes obras, para ter as razões da presente matéria.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3279

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, de efusivas congratulações à Sociedade Rural do Oeste do Paraná pela exemplar organização da 29ª EXPOVEL que aconteceu no período de 07 a 16 de novembro, na cidade de Cascavel.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas! Como se verifica, sem qualquer vestígio de dúvidas, a cada novo evento, a organização e a condução da EXPOVEL transfigura mais qualidade e pujança. E, sobretudo, se agiganta. O que prova a competência e o alto espírito empreendedor da Diretoria e Associados da Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

E busco na afirmação de um sábio, ao dizer que é sempre bom enaltecer e saudar os grandes feitos, pois, quando isso se faz, se enaltece antes de tudo, a criatura humana cuja filosofia de trabalho e de vida foram capazes de realizar grandezas, a razão para formular o presente requerimento.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Alessandro Meneghel, Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3266

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Alexandre Moreira Zsigmond.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Claudio Cesar Veiga Machado, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus Pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhes são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3267**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Antonio Carlos Divino.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Antonio Carlos Divino, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus Pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhes são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3268**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Celso Antonio Rodrigues Rezende.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Celso Antonio Rodrigues Rezende, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus Pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhes são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3269**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Claudio Cesar Veiga Machado.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Alexandre Moreira Zsigmond, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus Pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhes são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3270**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Flavio Luiz Barbosa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Flavio Luiz Barbosa, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus Pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhes são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3271**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Desembargador Antônio Loyola Vieira.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Desembargador Antônio Loyola Vieira, que assume vaga no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como Desembargador da 12ª Câmara Cível, levando sua experiência conquistada em 19 anos de magistratura, dignificando com seu trabalho a carreira de magistrado, demonstrando seu empenho e dedicação à causa da Justiça, cumprindo com responsabilidade e honradez as suas funções jurisdicionais.

**REQUERIMENTO Nº 3175**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, e à

Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as providências necessárias no sentido de que não seja municipalizada a Escola Estadual Aline Picheth, de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual Aline Picheth, localizada na rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 921, bairro Ahú, nas proximidades do Museu Oscar Niemeyer, fundada há 52 anos, possui cerca de 600 alunos e oferta curso regular de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, sendo avaliada no ano de 2007 pelo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, dentre os 399 municípios do Paraná, como a que melhor pontuação obteve entre os estabelecimentos que oferecem ensino de 5ª a 8ª séries.

De acordo com as informações que chegou ao conhecimento deste Parlamentar, há estudos por parte da Secretaria de Estado da Educação, no sentido de municipalizá-la, fato que vem preocupando pais, alunos, direção professores e funcionários do estabelecimento.

Vale salientar que a clientela da referida escola é formada por alunos residentes nos bairros próximos, e especialmente por filhos de funcionários públicos que trabalham nos órgãos públicos situados no Centro Cívico, facilitando assim a sua rotina diária.

Diante do exposto, pelo seu destaque na área educacional, cuja qualidade de ensino é exemplo para outras escolas, qualidade esta que é demonstrada anualmente pelo resultado do rendimento escolar dos alunos e pela extensa lista de estudantes que procuram e aguardam uma vaga para ingressar no estabelecimento, é necessário e justo que a mesma continue sob a responsabilidade do estado.

**REQUERIMENTO Nº 3217**

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício aos Srs. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República do Brasil, Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná e André Pucinelli, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, solicitando informações sobre o estágio dos estudos para a construção de ponte sobre o rio Paraná ligando os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, através dos portos Felice no município de Querência do Norte/PR e Caiuá no município de Navirai/MS.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A construção de ponte de concreto para a ligação referida na súmula é reivindicação das mais antigas, tendo sido reiteradamente proposta por Parlamentares das Assembleias Legislativas dos dois estados e por seus representantes na Câmara Federal e no Senado da República, dentro dos últimos 30 anos.

A extensão da ponte pretendida é de 1 mil e 800 metros e as justificativas para a sua edificação escoram-se no elevado volume de mercadorias comercializados entre os dois estados, o Paraná e o nosso vizinho Mato Grosso do Sul, mais a busca do porto de Paranaguá para a exportação das suas produções.

Destaque também para o transporte de passageiros.

A ponte pleiteada pelas classes produtoras, pelas empresas transportadoras, representa ainda o avanço da modernidade sobre a obsoleta e insegura balsa.

**REQUERIMENTO Nº 3198**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando com a máxima urgência, que seja nomeado o Chefe do Escritório Regional do Instituto Ambiental do Paraná - IAP de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 3231**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro e ao Diretor-Presidente da COHAPAR, Sr. Rafael Greca de Macedo, informar:

1. Quais as empresas contratadas nos últimos 5 (cinco) anos pela COHAPAR para a cobertura do Seguro Imobiliário? Quais as respectivas corretoras?

2. Quantas licitações foram realizadas? Houve prorrogação do período de cobertura inicialmente licitado? Qual o valor contratado em cada contrato? Em caso de prorrogação o valor contratado sofreu alteração? Quanto?

3. Qual a cobertura contratada em cada contrato e qual o valor do prêmio correspondente?

4. Quando vence o contrato hoje em vigor? Haverá prorrogação ou será procedida uma nova licitação?

5. Em cada contrato, informar quais as garantias de execução oferecidas pelas seguradoras vencedoras da licitação. E, em caso de prorrogação do contrato de seguro, houve também a revalidação da garantia de execução do contrato de seguro? Juntar as apólices e os respectivos contratos.

6. Ocorreram sinistros durante a vigência do(s) contrato(s)? Em caso positivo, a seguradora honrou com todos os compromissos contratuais?

7. A participação no certame licitatório ficou restrita somente à empresas seguradoras que já tivessem

dado cobertura a contratos do Sistema Financeiro de Habitação e de Habitação Popular, inobstante idôneas e tradicionais no mercado de seguros em geral?

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(aa) ANTONIO BELINATI, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH E ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 3200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda, com o seguinte questionamento:

- Quantos dos 95.000 (noventa e cinco mil) produtos que sofrerão redução fiscal já estão sendo contemplados com benefício fiscais por serem produtos da cesta básica?

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 3220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos ao pagamento de precatórios:

1. Listar todos os precatórios incluídos no orçamento a partir do exercício de 2001, informando sobre cada um deles o seguinte:

- a) número dos autos;
- b) natureza da ação (trabalhista/cível);
- c) data de recebimento do ofício do Tribunal;
- d) data da inclusão do precatório no orçamento;
- e) valor originário do precatório;
- f) valor na data da inclusão no orçamento;
- g) data do pagamento;
- h) forma do pagamento - seqüestro, depósito em juízo ou compensação;

i) no caso de compensação, informar o nome do titular do crédito na data da compensação;

j) houve seqüestro pelo juízo de algum valor? Em caso afirmativo, por que isto ocorreu.

2. Listar todas as requisições de pagamento de pequeno valor a partir do exercício de 2003, informando sobre cada uma delas o seguinte:

- a) número dos autos;
- b) natureza da ação (trabalhista/cível);
- c) data de recebimento do ofício do Tribunal;
- d) data da inclusão no orçamento;
- e) valor originário;
- f) valor na data da inclusão no orçamento;
- g) data do pagamento;
- h) forma do pagamento - seqüestro, depósito em juízo ou compensação;

i) no caso de compensação, informar o nome do titular do crédito na data da compensação;

j) houve seqüestro pelo juízo de algum valor? Em caso afirmativo, por que isto ocorreu.

3. Qual o montante, a partir de 2002, já quitado pelo estado do Paraná, referente a precatório?

4. Qual o montante, a partir de 2003, já quitado pelo estado do Paraná, referente a requisições de pequeno valor?

5. Qual o montante ainda por quitar, em precatório e em requisições de pequenos valor, recebidas até julho de 2008?

6. Que percentual da receita corrente líquida está sendo destinado anualmente para pagamento dos precatórios?

7. Qual o percentual da receita corrente líquida está sendo destinado anualmente para pagamento das requisições de pequeno valor?

8. Qual o montante desde 2001 quitado através de compensação?

9. Qual o procedimento administrativo realizado para fins de acatamento da compensação de créditos oriundos de precatórios judiciais com pagamento de tributos estaduais?

10. Quais os órgãos estaduais envolvidos na análise e aprovação da compensação indicando suas competências específicas neste processo.

11. O montante da compensação obedece a ordem de pagamento dos precatórios e das requisições de pequeno valor?

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, com o seguinte questionamento:

- Qual o número efetivo de Policiais Militares e Policiais Cíveis nos municípios de Ponta Grossa, Castro, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel?

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 494/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Todas as instalações e edificações dos órgãos do Governo Estadual devem ser dotadas de câmeras de segurança.

§ 1º As câmeras de segurança devem ser instaladas nas dependências e cercanias de todas as instalações e equipamentos dos órgãos do Governo Estadual, em quantidade proporcional fluxo e movimento de pessoas, bem como as características territoriais e as dimensões das instalações e edificações dos órgãos do Governo Estadual.

§ 2º A instalação do equipamento citado no *caput* deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 2º Cada instalação e edificação dos órgãos do Governo Estadual devem se dotadas de, no mínimo, 02 (duas) câmeras segurança com recurso de gravação.

§ 1º No mínimo, 01 (uma) câmera de segurança com recurso de gravação deve registrar a entrada e saída de pessoas nas instalações e edificações dos órgãos do Governo Estadual e as imagens produzidas devem ser armazenadas por um período mínimo de seis meses, a contar do dia de sua gravação.

§ 2º No mínimo, 01 (uma) câmera de segurança com recurso de gravação deve registrar amplamente os movimentos internos nas instalações e edificações dos órgãos do Governo Estadual e as imagens produzidas devem ser armazenadas por um período mínimo de seis meses, a contar do dia de sua gravação.

Art. 3º Avisos devem ser afixados em locais de fácil visualização informando a existência das câmeras de segurança tratadas nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente e uma das formas de prevenir a sua escalada é a instalação de câmeras de segurança em locais de grande movimentação e fluxo de pessoas. A instalação dos equipamentos representará não apenas uma maneira de desestimular a ação de agentes delituosos, mas também para ampliar o nível da segurança e proporcionar meios para investigação e elucidação de crimes. Esse recurso auxiliar já vem sendo adotado com sucesso por muitos estabelecimentos privados. Os sistemas de segurança por meio de câmera evoluíram muito nos últimos anos e apresentam, atualmente, muitas opções de preço e qualidade.

Em geral, os sistemas atuais permitem a visualização das imagens de forma nítida e com alcance variado. Um grande diferencial nas câmeras é justamente os detalhes de imagem que ela consegue apresentar: A qualidade da gravação é de fundamental importância na aplicação de segurança. Pouco ou nenhum valor possui uma imagem gravada que não permite identificar os autores dos eventos. Na maioria dos casos é preciso identificar detalhes, tais como fisionomias, cores, ferramentas e utensílios

portados, etc. E, atualmente, não é possível mais justificar a não utilização desse recurso tecnológico por conta do volume de recursos financeiros necessários para sua instalação e manutenção, pois os custos caíram vertiginosamente devido ao avanço tecnológico e a ampliação do consumo. Portanto, quando se trata de salvaguardar a vida humana, o Poder Público deve agir prontamente e em consonância com os avanços tecnológicos.

PROJETO DE LEI Nº 495/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todas as unidades educacionais públicas do estado devem ser dotadas de câmeras de segurança.

§ 1º As câmeras de segurança devem ser instaladas nas dependências e cercanias de todas as unidades educacionais públicas estaduais, em quantidade proporcional número de discentes, docentes e funcionários existentes, considerando as características territoriais e as dimensões de cada unidade educacional.

§ 2º A instalação do equipamento citado no *caput* deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 2º Cada unidade educacional deve comportar, no mínimo, 02 (duas) câmeras segurança com recurso de gravação.

§ 1º No mínimo, 01 (uma) câmera de segurança com recurso de gravação deve registrar a entrada e saída dos discentes, docentes e funcionários da unidade educacional e as imagens produzidas devem ser armazenadas por um período mínimo de seis meses, a contar do dia de sua gravação.

§ 2º No mínimo, 01 (uma) câmera de segurança com recurso de gravação deve registrar amplamente os movimentos internos nas unidades educacionais as imagens produzidas devem ser armazenadas por um período mínimo de seis meses, a contar do dia de sua gravação.

Art. 3º Avisos devem ser afixados em locais de fácil visualização no interior das unidades educacionais públicas estaduais do estado do Paraná, informando a existência das câmeras de segurança tratadas nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que a violência urbana vem aumentando consideravelmente e uma das formas de prevenir a sua escalada é a instalação de câmeras de segurança em locais de grande movimentação e fluxo de pessoas. A instalação dos equipamentos representará não apenas uma maneira de desestimular a ação de agentes

delituosos, mas também para ampliar o nível da segurança e proporcionar meios para investigação e elucidação de crimes. Esse recurso auxiliar já vem sendo adotado com sucesso por muitos estabelecimentos privados. Os sistemas de segurança por meio de câmera evoluíram muito nos últimos anos e apresentam, atualmente, muitas opções de preço e qualidade.

Em geral, os sistemas atuais permitem a visualização das imagens de forma nítida e com alcance variado. Um grande diferencial nas câmeras é justamente os detalhes de imagem que ela consegue apresentar: A qualidade da gravação é de fundamental importância na aplicação de segurança. Pouco ou nenhum valor possui uma imagem gravada que não permite identificar os autores dos eventos. Na maioria dos casos é preciso identificar detalhes, tais como fisionomias, cores, ferramentas e utensílios portados, etc. E, atualmente, não é possível mais justificar a não utilização desse recurso tecnológico por conta do volume de recursos financeiros necessários para sua instalação e manutenção, pois os custos caíram vertiginosamente devido ao avanço tecnológico e a ampliação do consumo. Portanto, quando se trata de salvaguardar a vida humana, o Poder Público deve agir prontamente e em consonância com os avanços tecnológicos.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

### ***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Vou, em rápidas palavras, em cinco minutos do Pequeno Expediente, passar aos Srs. Deputados, como eu disse, sobre a reforma tributária feita pelo atual Governo. Tenho participado das Audiências Públicas que a Assembleia está realizando em diversos locais do Paraná. Nós do PPS também fizemos reuniões e estamos ouvindo os técnicos, pessoas que realmente conhecem tecnicamente e estudaram sobre essa reforma.

Tenho aqui a íntegra da nota do PPS, divulgada pelo nosso Presidente Rubens Bueno, ele é a pessoa responsável pelo partido e, quando se fala em nome do partido, o Presidente é que tem que divulgar. Por isso quero ver se, no tempo que tenho, consigo ler os principais pontos, pelo menos, da nossa posição, enquanto partido político, uma discussão política dessa reforma.

(Lê):

“Não se pode ter dúvidas que haverá aumento na carga tributária, que já pesa demais nos ombros do paranaense. Mas para começar a relacionar os pontos altamente negativos da reforma tributária proposta pelo Governo Requião não é preciso sequer fazer contas.

Bastam pequenos raciocínios e comparações. Se a energia, os transportes e os serviços de comunicações ficam mais caros, e é isso que o Governo Requião está propondo, tudo o que é produzido no Paraná também fica mais caro, prejudicando a competição com produtos de outros estados, ameaçando nossos empregos e nossas empresas.

O mais grave é que isso acontece justamente quando o Governo Federal e os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais fazem caminho inverso: adotam medidas para ampliar os prazos de pagamento dos impostos e proteger suas empresas e empregados diante dos riscos da crise econômica internacional. Em Minas, como já foi largamente divulgado, o Governo destinou R\$ 500 milhões para micro e pequenas empresas, cooperativas de crédito e para o comércio varejista; e prorrogou o prazo para o pagamento do ICMS, um benefício que chega a R\$ 830 milhões. Em São Paulo, onde as montadoras são muito importantes para a geração de renda e de empregos, a ajuda é bilionária. O Governo já liberou crédito de R\$ 4 bilhões para a compra de veículos novos e usados.

Como se vê, o Paraná segue, mais uma vez, na contramão. Vamos pagar mais impostos aqui dentro e vamos enfrentar as indústrias de fora fortalecidas, em pelo menos nos dois dos estados mais poderosos e economicamente mais fortes do país. No que nos cabe, não podemos ser ingênuos. Se alguém vai pagar menos impostos, como o Governo diz que vai acontecer com os itens mais consumidos pela população, certamente alguém pagará mais.

Vejamos onde está a armadilha: se o Governo do Estado prevê aumento de arrecadação no orçamento de 2009, é sinal de que a carga tributária vai aumentar. Ao dizer que só vai aumentar dois pontos percentuais nos três setores (energia, gasolina e telefonia), na realidade isso deve significar muito mais. Significa aumentar em aproximadamente 10,7% a carga tributária sobre cada um desses setores: os combustíveis de 26% para 28%; e a energia e os serviços de comunicações de 27% para 29%.

Quando fica maior a tributação desses três itens básicos, toda a cadeia de produção e o transporte dos diversos produtos também encarecem. Isso porque, energia, transportes e serviços de comunicação entram no custo de produção e de comercialização de todos os produtos, assim, fazem parte do preço ao consumidor de todos eles, mesmo no dos produtos isentos de impostos. Essa é a verdade.

Assim chegamos à primeira conclusão lógica: o custo de vida de toda a população, especialmente dos mais pobres, deverá ficar mais alto, porque esses gastam a maior parte da renda familiar com produtos e serviços que sofrem diretamente e indiretamente o aumento de impostos.

É daí que tiramos perguntas básicas sobre o resultado final dessa tal reforma tributária proposta pelo

Governo do Estado, que a experiência lamentavelmente tem nos dado respostas sempre negativas: quem garante que o comércio vai baixar os preços dos 95 mil produtos, aos quais o Governo diz estar propondo a isenção? Não há como obrigar as empresas beneficiadas com a redução do ICMS a repassarem ao consumidor; quem garante que a carga tributária vai baixar, depois de tantas contradições do Governo? e quem acredita num Governador que prometeu baixar o pedágio, o imposto do diesel em Curitiba, resolver os problemas da Saúde, da Segurança...entre tantas promessas que não cumpriu?”

Essa aqui é a nota do PPS assinada pelo Presidente do PPS Rubens Bueno e que nós Deputados do PPS discutimos junto com outros integrantes do partido, técnicos inclusive. É a nossa nota política sobre esse tema, continuamos participando das Audiências Públicas. Não tenho nenhuma dúvida, que esse projeto do Governo, como ouvimos nas Audiências Públicas também, visa arrecadar mais. O discurso dele é que vai isentar para alguns produtos e vai deixar de arrecadar em alguns produtos, mas por outro lado vai concentrar o esforço de arrecadação em determinados setores e com isso, vai penalizar toda a população em especial a população mais pobre. Era isso Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente Sr. Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna para registrar neste dia de hoje, um dia de festa na cidade de Toledo. Toledo hoje recebe um investimento de R\$ 10 milhões, que vai ser inaugurada a rede de supermercados Muffato, que está abrindo a sua loja, hoje, às 19h30. Para nós é motivo de satisfação e orgulho. Essa rede que já está em Cascavel, Foz do Iguaçu, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Campo Mourão, uma empresa que hoje, na rede de supermercado, é a maior do estado e a sétima maior do país. Essa empresa se instala no dia de hoje na cidade de Toledo, como tantas outras empresas no ramo de mercados que já estão lá. Para nós é um motivo de satisfação e muito orgulho. Ela gerará em torno de 250 empregos diretos, fora os empregos indiretos.

Portanto, me orgulha muito dizer desse grande empreendimento que ocorre hoje na minha cidade, a inauguração será hoje às 19h30. Infelizmente não poderei estar lá, mas daqui deste Parlamento desejo sucesso à família Muffato por esse grande empreendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes e paranaenses que acompanham as Sessões desta Casa através da TV MERCOSUL e da TV SINAL.

Sr. Presidente, para registrar que está comemorando nesta semana 20 anos de vida pública o nosso paranaense, Deputado Federal Ricardo Barros. Em nome do nosso Partido Progressista-PP, registramos nos Anais da história desta Casa de Leis o júbilo, a homenagem a um paranaense tão ilustre que tem dignificado o mandato que tem recebido por parte do nosso povo. Ele é pela quarta vez o nosso representante da Câmara dos Deputados em Brasília.

(Lê):

“Comemora esta ano 20 anos de vida pública. Filho de dona Bárbara e do saudoso Silvio Magalhães Barros. O pai era Prefeito de Maringá, Deputado Estadual e Deputado Federal. É casado com nossa colega Cida Borghetti, que cumpre o seu segundo mandato de Deputada Estadual.

É pai de Andressa, Rafaela e Maria Victória. O irmão, Silvio Barros II é o Prefeito reeleito de Maringá.

Aos 28 anos de idade, foi eleito Prefeito de Maringá, no dia 15 de novembro de 1988, tornando-se o mais jovem Prefeito da história do município. Em 1994 elegeu-se Deputado Federal, estando já no quarto mandato.

Dotado de invejável sabedoria, formou-se engenheiro civil pela UEM. Aliás, formou-se antes do tempo, em apenas quatro anos, mas para que isso fosse possível, abriu mão de férias e das regalias naturais a um jovem.

É uma pessoa determinada, um político nato, que tem no sangue o dom de servir o povo. É um predestinado, um homem que nasceu para servir. Arrojado, inovador, inteligente, um homem que enxerga atrás das montanhas. Líder do Governo do FHC e Vice-Líder no Governo Lula, é o Parlamentar que mais tem conseguido liberar verbas federais para Maringá e municípios que representa no Congresso Nacional.”

Então, todo o município em que o Ricardo Barros é representante, esses municípios são privilegiados porque ele é um incansável trabalhador, é perseverante e vai atrás das verbas mesmo. Poucos Parlamentares têm esse dom, essa característica tão nobre, de Ricardo Barros.

Portanto, o Paraná está de parabéns. Feliz do município que é representado, em Brasília, por uma figura do porto e da grandeza do coração humano, cristão, solidário, como Ricardo Barros, a quem registramos nesta oportunidade nossa homenagem, para que esta carreira política brilhante, de 20 anos, possa servir sempre de modelo a outras pessoas que estão ingressando agora na vida pública.

Parabéns ao Paraná, por contar com esta figura notável, competente e sábia do Ricardo Barros, representante do Paraná em Brasília, que comemora com grande sucesso, 20 anos de vida pública.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realizamos na manhã de hoje, por solicitação feita pela família do Celso Eidt, uma reunião com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, e nesta reunião estiveram presentes as irmãs do Celso Eidt - que foi aquele rapaz que no dia 05 de novembro foi assassinado na calçada, aonde estão alguns barracos, que foram desalojados, daquela área do Pinheirinho, Fazendinha. E hoje, na parte da manhã, podemos ouvir as irmãs. Inclusive, as irmãs dele trouxeram uma certidão negativa expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, que não há nada que desabone esta pessoa.

Falo isso porque o Celso foi acusado, aqui, no estado do Paraná, de estar sendo procurado pela Justiça. Além disto, outras pessoas estiveram presentes e fizeram uma série de relatos interessantes e importantes e que entendemos por bem remetê-los à Secretaria de Segurança Pública. Estamos solicitando, através da Comissão de Direitos Humanos, uma Audiência com a Secretaria de Segurança Pública, com a Polícia Federal, para que a Polícia Federal possa investigar se a empresa que faz a segurança patrimonial do terreno, de fato é registrada, se seus funcionários são de fato registrados, quem está lá dentro, hoje. Porque até onde soubemos, não há confirmação de quem é esta empresa, quais são as pessoas que estão lá. Alguns dizem que é do Rio de Janeiro, de São Paulo. Enfim, uma reunião produtiva, vamos procurar a OAB.

Hoje também esteve presente aqui o IDEA e uma série de organismos em defesa dos direitos humanos. Acho que é preciso, que aprofundemos este debate e possamos esclarecer em definitiva a situação que levou o Celso a ser assassinado. Me parece que esta reunião feita hoje com o Presidente Francisco Bühner é extremamente importante e oportuna, porque é a partir dela que poderemos acompanhar o inquérito que apura a morte deste rapaz.

A outra razão para eu vir à tribuna, hoje - na sexta-feira já havia me manifestado - falei com o Líder da Bancada, Deputado Péricles de Mello, eu acho extremamente oportuna e diria que vem em bom tempo, as declarações que ouvi da nossa Presidenta do PT, Gleisi Hoffmann. Acho oportuna, quando diz que devemos ter uma independência e isto há muito tempo venho defendendo e já falei inclusive com o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, acho que os partidos têm que ter independência na ação, têm que ter a solidariedade e o conjunto, quando há concordância nas votações.

Há muito tempo fazemos a defesa deste comportamento do partido. Nenhum partido pode ser apêndice de nenhum outro. O partido tem que ter sua linha de conduta, sua linha ideológica. E a partir daí, naquilo que for programático, trabalharem juntos. Hoje, tanto o PT como o PMDB e os demais partidos de base aliada têm consciência disso. Há muitos anos vimos fazendo esta defesa aqui na Assembléia Legislativa. O Deputado Pastor Edson Praczyk, que já é companheiro nosso de outras legislaturas, sabe que há tempos venho defendendo isso. E espero, e já falei isso inclusive para nossa Bancada, teremos uma reunião hoje, ao final da tarde, espero que isto resulte em fatos concretos e positivos.

Espero que possamos, agora definitivamente, após as declarações da Presidente Gleisi Hoffmann, dar uma sequência ao projeto do nepotismo, espero que possamos votar o projeto que regulamenta o artigo 234 da Constituição Estadual e que prevê que no mês de março todos os servidores públicos do estado terão seus nomes relacionados para efeito de recenseamento, espero que possamos votar aqui o veto do Governador apostado a um projeto de democracia direta e tantos outros projetos que estão para serem votados e às vezes não conseguimos fazê-lo, por não termos ainda a unidade necessária. Como por exemplo o projeto do Deputado Elton Welter e da Deputada Luciana sobre a licença-maternidade dos 180 dias, que é extremamente importante, o projeto dos 30 alunos por sala de aula da Deputada Luciana, que também é extremamente importante e acho que são projetos que muitas vezes não vêm à votação porque não conseguimos ter a unidade necessária para que possamos ser votados.

Neste momento, com as declarações dadas pela Presidente Gleisi Hoffmann na quinta-feira e pela sequência de informações que vêm sendo dadas, acho que é importante que entendamos que o PT tem uma direção, tem uma linha de conduta e espero que daqui para frente possa ser não um percurso interrompido, mas um percurso a ser cumprido e que possamos ter uma aliança sólida, uma aliança coerente, uma aliança lógica, mas com a independência dos partidos, quando isso for necessário.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Durval Amaral

### ***Deputado Durval Amaral (DEM)***

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Na última sexta-feira a Comissão de Constituição e Justiça e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realizaram duas Audiências Públicas, sendo uma na cidade de Guarapuava e outra na cidade de Ponta Grossa e, mais uma vez, nobre Presidente, notamos a acolhida, a



receptividade e a forma com que a sociedade está recebendo a Assembléia Legislativa no interior do Paraná. É fantástico o resultado dessas Audiências Públicas! Se não fosse pela ampla discussão, pelo amplo debate, o seria, com toda certeza, até pela perplexidade - forçando um pouco o termo - de como os empresários recebem a participação dos Deputados Estaduais.

Não é comum, e não tem sido comum, todos os empresários, ao usarem da palavra, antes de tecer qualquer tipo de consideração sobre a reforma, destacar de uma maneira totalmente inovadora, destacar com uma acolhida espetacular como os empresários e a sociedade recebem a Assembléia Legislativa e recebem bem esta inovação dos Deputados Estaduais do Paraná de irem ao encontro da sociedade, de irem ouvir o que pensam os empresários, o que pensam os contribuintes sobre essa proposta da reforma tributária. Todos os empresários têm destacado essa inédita iniciativa da Assembléia Legislativa, liderada pelo nosso Presidente Nelson Justus, enaltecendo que na história política do Paraná nunca e em nenhuma região os empresários, os contribuintes e a sociedade sentiram tão marcadamente a presença da Assembléia Legislativa.

Para os Srs. Parlamentares e para os nossos colegas da imprensa terem uma idéia, uma média de 18 a 20 Parlamentares participaram de cada uma dessas Audiências Públicas e de maneira inédita: indo não para fazer discurso, mas indo para ouvir a opinião de quem paga o tributo, que em última instância é a sociedade.

Então, fica aqui, nobre Presidente, esse nosso registro, que realmente tem sido um marco muito bom, entra no contexto de modernização da Assembléia Legislativa, com a implantação do painel eletrônico, da TV SINAL. E quantas são as vezes que ouvimos a sociedade se manifestando, dizendo que tem assistido a TV SINAL nos mais diferentes rincões do estado do Paraná, o que fortalece a nossa tese de transparência de ouvir todos os cidadãos do estado do Paraná.

Fica aqui os nossos agradecimentos à presidência desta Casa, ao 1º Secretário Alexandre Curi, a todos os Parlamentares que têm participado, muito especialmente aos membros da CCJ.

Na próxima quinta-feira estaremos debatendo na Associação Comercial de Londrina, às 8h30 e depois às 19h vamos debater com todos os empresários da região noroeste do estado do Paraná, na cidade de Maringá.

É uma maneira muito dinâmica e acertada entre a Associação Comercial de cada uma dessas cidades, entre o núcleo e a coordenação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em cada uma dessas cidades e, na coordenação geral feita pela Assembléia Legislativa e pela CCJ, pela FIEP e também pelas Associações Comerciais do Estado do Paraná.

Fica o convite a todos os Parlamentares para que se dirijam às cidades de Londrina e Maringá, na próxima quinta-feira, para ouvir o que a sociedade tem a dizer sobre a proposta de reforma tributária, que reduz de 18%

para 12% aproximadamente, como diz a mensagem do Governo, 90 mil itens, mais acresce 2% em cinco gêneros da maior importância: a gasolina, a telecomunicação, a energia elétrica, bebidas alcoólicas, destacando a cerveja, e também os cigarros.

Reitero aqui o convite, nova Audiência Pública nas cidades de Londrina e Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência agradece as gentis palavras de V. Exa. e, divide-se com a CCJ e todos os Deputados que têm nos acompanhado nessas Audiências Públicas e que, realmente, têm sido um sucesso.

Próximo orador inscrito, Deputado Mauro Moraes.

## ***Deputado Mauro Moraes (PMDB)***

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dando prosseguimento àquela verdadeira cruzada que estamos fazendo contra a escalada do crime na cidade de Curitiba e região metropolitana, hoje a Comissão de Segurança estará na Vila Fany numa Audiência Pública, onde pretendemos reunir mil pessoas, porque a situação naquela região está muito difícil. Não dá mais para suportar! A população está amedrontada, tem receio de sair às ruas. Tem comerciantes que já foram assaltados cinco, seis vezes. Alguns fecharam as suas portas.

Então, iniciamos as nossas Audiências, a décima Audiência que estamos fazendo na luta contra o crime organizado no estado do Paraná.

Todos sabem que mais de 80% das drogas, munições e armas que saem para todo o país vem de nossas fronteiras; todos nós estamos sabendo que 75% dos crimes praticados contra a vida e contra o patrimônio, ou seja, homicídios, furtos e roubos, tem origem nas drogas. Estamos vivendo uma verdadeira epidemia do crack aqui na cidade de Curitiba e região metropolitana.

Não dá mais para suportar. Temos que aproveitar o orçamento, Sr. Presidente, este ano que vai aumentar em mais de 3 bilhões e 600 milhões e colocar numerário suficiente para que possamos combater o crime organizado. É evidente que a população tem que ter a sua parcela de contribuição no orçamento, é evidente que a Saúde também, mas por que não a Segurança, que é a maior preocupação de todos os moradores da capital do Paraná e também da região metropolitana?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Não podemos permitir que Curitiba se transforme numa capital tão violenta como o Rio de Janeiro e São Paulo. Não podemos perder nem para a violência, muito menos para a falta de competência. Temos que agir e já, e é por isso que eu espero a presença dos Srs. Deputados, juntamente com as demais autoridades da área de Segurança nessa reunião que vamos fazer hoje às 20h na sede do Esporte Clube Vila Fany, para que possamos achar uma solução, pelo menos para aqueles três bairros, de imediato.

A outra coisa, Sr. Presidente, é referente a um assunto que eu já fiz reiteradas solicitações ao Presidente desta Casa, o Colégio Estadual já não suporta mais, não há clima para a continuidade dos trabalhos com aquela Diretora, o Presidente, o Vice, o Secretário do Grêmio Estudantil do Estadual. Quinta-feira eles vão fazer um plebiscito naquela escola, para efetivamente mostrar às autoridades estaduais que mais de 90% da comunidade escolar, pais, mestres, professores, alunos, funcionários, querem as eleições diretas. Todas as Comissões desta Casa já aprovaram as eleições diretas para o Colégio Estadual. O projeto se encontra nas mãos do Presidente e os alunos estão aqui pedindo encarecidamente que depois de levantado o índice, o percentual, que tenho certeza que será de mais de 98%, o Sr. Presidente possa colocar em votação, para evitar uma possível greve, para evitar uma possível vinda dos 5 mil alunos do Colégio Estadual aqui nesta Casa, gritando por justiça, porque é o único colégio do estado do Paraná que ainda...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Era isso, Sr. Presidente. Conto piamente com a compreensão de V. Exa., aos nossos diretórios do nosso colégio, e tenho certeza, vocês também podem ter, que o Presidente é democrático, e mediante a esta consulta popular à toda comunidade, na semana que vem este projeto estará aqui para a votação.

Muito obrigado a todos.

## Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra, Deputado Ademar Traiano.

## Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de poder contar com a atenção dos Srs. Parlamentares, até porque o assunto que vou abordar nesta tarde é de fundamental importância para a vida dos paranaenses, de forma especial aos agricultores deste estado. A maioria dos nossos Parlamentares que aqui estão tem uma ligação muito forte com esse segmento, que é a agricultura do Paraná, e com a pequena propriedade.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. me ouviu com muita atenção, e de forma muito especial eu gostaria de contar com a atenção do Líder do Governo, Deputado Romaneli, porque quero crer que a intervenção do Governo nesse assunto é fundamental e fatal para que possamos equacionar um drama que está sendo vivido pela maioria dos pequenos agricultores deste estado. Mas, especificamente, quero quer, por sermos de uma região de

pequenas propriedades, de minifúndios, que é o sudoeste do Paraná, que é uma região totalmente diferenciada das demais regiões do Paraná e que está diretamente afetada a esse problema.

Tenho andado no interior da nossa região, o sudoeste do Paraná, e em outros municípios, agora, há alguns dias atrás, no município de Prudentópolis, que também é um município de grande extensão territorial, eu ouvi as reclamações dos senhores agricultores com relação a esse tema. E me chamou tanto a atenção que procurei buscar, através de um trabalho, de um estudo mais profundo, levantar essa situação para que eu pudesse, aqui, nesta tarde fazer esse pronunciamento. Por isso, entendo ser já um clamor de todos os pequenos agricultores do estado do Paraná o tema que vou abordar. Temos uma legislação, a Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal do país. Portanto, essa lei é com certeza o guarda-chuva de toda a legislação que regulamenta o assunto em todo o país, principalmente com relação à mata ciliar, à reserva legal, enfim, tudo aquilo que esteja ligado ao tema abordado.

Recentemente, o Presidente Lula baixou o Decreto nº 6514, de 22 de julho de 2008, que diz o seguinte: *dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para a apuração dessas infrações e dá outras providências*. Em resumo, o que é isso? O que estabelece o decreto assinado recentemente no dia 22 de julho pelo Presidente da República? Ele estabelece um prazo de 180 dias, para que os agricultores do estado do Paraná e do país averbem as reservas legais e a mata ciliar das suas propriedades. Dá o prazo definitivo. E aqueles que não se adequarem à legislação atual, estão sob a pena da fiscalização imposta muitas vezes de uma forma cruel, desumana, e os senhores fiscais, lamentavelmente, quando chegam à propriedade dos pequenos produtores indefesos, porque no passado foram alimentados a derrubarem a mata para gerar a produção neste país, agora, infelizmente, estão sendo pegos por uma legislação que inviabiliza a sua pequena propriedades.

Deputado Rangel, dou alguns exemplos que a minha região me trouxe e procurei, Deputado Miltinho, V. Exa. que também conhece muito bem essa realidade, vou citar aqui alguns exemplos do drama que estão vivendo os pequenos produtores do Paraná. E lá na nossa região, Deputada Luciana, V. Exa. sabe, inúmeras reuniões já aconteceram sob a batuta dos Presidentes dos sindicatos rurais, no sentido de encontrar uma alternativa, que possa equacionar essa situação, que é aviltante nesse momento.

Vou dar aos senhores um quadro demonstrativo de sete áreas, que procurei levantar que é real, que está acontecendo em nossa região. Exemplo 1: área total do imóvel, 4,80 hectares. Área com mata ciliar e reserva legal 3.3. Obrigatório que se faça à aplicação de reserva legal em 4,5 hectares, se faça reserva em 3.30 hectares. Área destinada para a agropecuária resta apenas 30% dessa pequena propriedade de apenas 5 hectares. Exemplo 2:

uma outra propriedade com 2,35 hectares. Obrigação da mata ciliar e reserva legal chegam a 2,023 hectares. Restando apenas 3 hectares nessa propriedade, que o agricultor poderá utilizá-la para a prática da sua produção agrícola. Exemplo 3: área total de 19,30 hectares. Deve ser utilizado nessa área em torno de 8 hectares, restando apenas 59%. Esse é ainda um exemplo, em que ultrapassamos a casa dos 50%. Dizer que trouxemos aqui sete exemplos. Desses, Srs. Deputados, chegamos a seguinte conclusão: em 81,98 hectares de áreas de sete propriedades restam apenas 43% para a utilização, para o plantio nessas pequenas propriedades.

O que realmente as tornam inviáveis e lamentavelmente o discurso dos governantes é para manter o pequeno agricultor na sua propriedade. O que se observa é que estão afastando o pequeno agricultor das suas propriedades, com a prática de uma legislação, que está praticamente matando o nosso pequeno agricultor.

Fazer mais algumas explicações, para que possamos avançar nesse debate. Deputada Luciana, V. Exa. que conhece a região sudoeste do Paraná, temos um exemplo que fica no município de Capanema, onde o agricultor tem em torno de 5,5 hectares de propriedade. A sua propriedade está ladeada pelos rios Iguçu e Santo Antônio. Se for aplicar a legislação, conforme está inserida na lei, 100% da propriedade do agricultor está comprometida.

É desumano ficarmos aqui sem levantarmos as nossas vozes, no sentido de fazer um movimento, mexer quem sabe com a Liderança do Governo, para que leve este assunto ao Governador Roberto Requião, que mobilizem o IAP, a Secretaria do Meio Ambiente, para que não penalizem os nossos agricultores, porque eles estão sendo, de uma forma infelizmente feroz, atingidos pelos nossos fiscais do IAP, que estão chegando nas suas propriedades e exigindo que cumpram a lei e, sob pena do não cumprimento da lei, que se apliquem multas vultosas. Como é o caso de uma que tenho aqui de um pequeno agricultor, com apenas 16 hectares, sendo multado em R\$ 25 mil. Esse é apenas um exemplo, temos inúmeros outros exemplos, Srs. Deputados, documentos em mãos, que afrontam aqueles que estão trabalhando na pequena propriedade do Paraná.

Concedo um aparte, inicialmente, ao Deputado Miltinho, e na sequência aos demais Parlamentares.

#### **O Sr. Miltinho Pupio (PSDB)**

Deputado Traiano, estou ouvindo o seu pronunciamento com muita atenção, e na verdade, concordo plenamente com a sua justificativa. E na minha região norte do Paraná não é diferente, também porque as pequenas e não só as pequenas, as grandes propriedades estão sendo prejudicadas com essas arbitrariedades desses fiscais do IAP.

Já fiz a denúncia através do IAP, o Vitor Hugo, Secretário do IAP já tomou as providências e disse que a partir de novembro, dezembro, não vai ter essa fiscalização tão rígida, tão forte. Além de tudo, a arbitrariedade é tão

grande que, além de eles multarem, um cidadão amigo meu de Jandaia foi preso porque deu uma enchente, levou a cerca da mata ciliar que ele tinha cercado e eles acharam que o homem tinha tirado a cerca e prenderam o cidadão.

Quer dizer, isso não pode acontecer nem com o pequeno, nem com o grande proprietário deste estado.

Mas, tivemos uma reunião esta semana, com a Liderança do Governo, junto com o Líder Romanelli e outros Deputados, falando exatamente para arrumar uma solução para o caso. Porque não adianta só denunciarmos e não arrumarmos uma alternativa, uma solução para resolver. O que tem que ser feito na minha opinião? As pequenas propriedades, isentar dos 20% até 30 hectares; a mata ciliar não pode mexer; e as propriedades pequenas, até 30 hectares, serem isentas dessa lei que proíbe exatamente o pequeno produtor.

Então, veja bem, não dependemos só do Governo do Estado. Dependemos do Governo Federal também, que essa é uma lei federal. Temos que arrumar alternativas. Estivemos discutindo com o Presidente Vitor Hugo e ele mostrou muito interesse, inclusive ele tem umas idéias alternativas para levar ao Governo do Estado, onde vamos poder acompanhar através da Assembléia, através do Plenário, votar e colocar algumas emendas também no projeto para melhorar a situação das pequenas propriedades no estado.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Deputado Miltinho, agradeço a sua intervenção e V. Exa. é conhecedor profundo do problema porque vive isso em sua região. Mas, quero fazer aqui mais um comentário para os senhores perceberem a tamanha aberração e V. Exa. colocou, com muita propriedade, que não fica apenas na autuação. É este temor que estão causando aos nossos agricultores, da possível prisão até, pelo não cumprimento da lei.

E digo aqui de público, em alto e bom som: os senhores fiscais do IAP não estão tendo a grandeza e o cuidado de entender que os nossos pequenos agricultores defendem intransigentemente a sua pequena propriedade e estão afrontando os Srs. agricultores com essa penalização, sem ter o critério e o bom-senso de saber como se faz a aplicação da lei.

Vou dar aqui mais um exemplo: tem um cidadão no município de Capanema que comprou seis áreas pequenas e tem seis escrituras. Chega lá o fiscal do IAP e obriga que o cidadão que tem 30 hectares de terra faça a reserva legal e também mantenha a apropriação da mata ciliar em seis áreas. Qual seria a solução mais inteligente? Escolher uma área, fazer essa reserva legal e proteger a mata ciliar em apenas uma propriedade, porque estaria inviabilizando a propriedade como um todo. E infelizmente, não existe a compreensão dos Srs. fiscais no sentido de dar esta condição para que o agricultor possa agir desta forma.

Portanto, acho que é chegando o momento, não de apenas dizermos que temos de mudar a legislação federal, mas a intervenção em defesa da propriedade paranaense. E cabe então, ao Governo do Paraná, tomar essas medidas através da Secretaria do Meio ambiente, do IAP, as providências urgentes, porque não podemos mais concordar e conviver com essa situação aqui no estado.

Deputado Nelson, existe mais alguém inscrito no Grande Expediente? Acho que o tema é palpitante e todos gostariam de participar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. pode usar então o restante do Grande Expediente, desde que não haja orador inscrito.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Muito obrigado pela aquiescência.

**A Sra. Luciana Rafagnin (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado pelo aparte, Deputado Traiano. Gostaria de dizer que me somo a V. Exa. nessa preocupação e, inclusive, estou vindo de uma Audiência no IBAMA, estivemos reunidos com o Prefeito de Capanema, mais algumas lideranças, justamente colocando esta preocupação e esse exemplos que V. Exa. coloca na tribuna nesta tarde.

E sabemos que quando discutimos a questão da Lei Ambiental, discutimos uma lei ainda de 1965. Então, é preciso que possamos rediscutir isso com urgência, é preciso refazer essas leis, é preciso conversar, inclusive, com o Presidente Lula com relação a instituição desse decreto. Mas claro que sabemos que tem muitas coisas que podemos fazer aqui no nosso estado do Paraná.

E a preocupação que esta Deputada tem, que esta Parlamentar tem, vai justamente ao encontro de que hoje os que estão sendo autuados são realmente os pequenos agricultores. Nós usávamos esse exemplo mesmo agora, na conversa com o Superintendente do IBAMA. Sabemos hoje que muitas são as pessoas, inclusive empresas, que muitas vezes hoje prejudicam o nosso meio ambiente e não cumprem a lei.

Mas, infelizmente, a culpa, e quem está sempre pagando a conta maior estão sendo os nossos pequenos agricultores. Então, esta Deputada também tem uma preocupação muito grande com o que vem acontecendo. Precisamos, e eu acredito que V. Exa. faz um pronunciamento em boa hora, acredito que é muito importante nos somarmos com os demais Parlamentares que têm esta preocupação. É importante conversarmos, tanto aqui no estado do Paraná, com o Governo do Paraná, e também, é claro, não podemos deixar de citar aqui que é urgente fazermos esta discussão com o Governo Federal.

Precisamos fazer com que nossos agricultores não paguem esse preço tão alto, até porque muitos ocorreram no erro justamente por não saber de como era a lei.

Então, se olharmos alguns anos atrás os nossos agricultores foram incentivados para que plantassem praticamente até quase dentro do rio. Hoje eles pagam um preço alto por isso.

Sou uma das grandes defensoras do nosso meio ambiente. Acho que cada um tem que fazer realmente a sua parte e fazer bem feito e começa dentro da nossa casa. Agora, não podemos fazer com que os pequenos agricultores paguem um preço tão alto e acho que também, é em boa hora a discussão do projeto que o Deputado Pedro Ivo tem nesta Casa que é a questão da compensação ambiental. Acho que esta é uma preocupação que todos nós temos e que precisa ser debatida com urgência, porque os nossos pequenos agricultores hoje padecem e muito aqui no nosso estado.

Então, precisamos fazer esta discussão, amadurecer esta discussão, porque precisamos ajudar a encontrar uma solução para os pequenos agricultores.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Deputada Luciana, eu sei da luta de V. Exa. também em defesa da pequena propriedade, até porque conheço a sua história, a sua origem, de onde saiu, onde nasceu politicamente e tenho a convicção absoluta de que, V. Exa. está mais do que nunca inserida neste contexto, em defesa dos interesses dos nossos pequenos agricultores.

E quem de nós sabe - em qualquer pequena propriedade existe um corregozinho e lamentavelmente a legislação é muito arbitrária e retrógrada. Precisamos mudar esta legislação, trazer ao nosso tempo, ao novo tempo.

E é por esta razão que estamos levantando esse assunto, porque se não vamos inviabilizar sim a pequena propriedade, e quem sabe até outras situações de grandes propriedades neste estado que estarão também sendo afrontadas por esta legislação.

**O Sr. Plauto Miró (DEM)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Traiano, escuto com atenção e quero dizer o sério problema que o Brasil vive e que nós, paranaenses, estamos sentindo na carne, na pele o avanço que teve essa legislação ambiental, não se preocupando com o segmento produtivo. É o pequeno produtor do sudoeste, como na nossa região dos Campos Gerais, e em todo o estado existem pequenos produtores, é o médio produtor que está penalizado, é o grande produtor. O Presidente Lula baixou um decreto há 90 dias atrás aqui, exigindo, - dentro de um prazo um tanto quanto curto, - que todas as propriedades tivessem sua reserva legal averbada e aí criou um grande caos - a Bancada ruralista em Brasília trabalhou para que esse prazo fosse aumentado - ele foi alongado, mas pouco mais que não vai resolver em nada o problema.

O senhor fala da pequena propriedade - tem que deixar a reserva legal e quando tem um córrego que corta a propriedade, mais a mata ciliar, acaba ficando dentro da proteção ambiental, entre aspas aí, quase que 100% da propriedade. O pequeno produtor não tem mais da onde tirar o seu sustento com a sua família. Qual é o caminho do pequeno produtor? Os grandes centros. Vai se inviabilizando a sua propriedade. Os grandes produtores estão com o mesmo problema, os médios da mesma forma.

Aqui na Assembleia Legislativa foi aprovado, quando o Presidente era o Hermas Brandão, do Deputado Miltinho Pupio um projeto de lei, que permite a compensação da reserva legal em outra propriedade. Começou o projeto de lei dentro da macrorregião, se eu tenho uma propriedade em Ponta Grossa e quero compensar a minha área com uma outra área lá de Piraí do Sul, uma área mais barata, que possa comprar para que eu continue produzindo na minha área de Ponta Grossa. A idéia inicial era para se poder fazer essa compensação. Depois do projeto aprovado, acabamos vendo o próprio Governo Roberto Requião proibindo que venha a ser na macrorregião. E acabou ficando na microbacia. E acabou inviabilizando toda essa idéia.

Mudanças foram feitas, mas infelizmente o IAP não vem aceitando e acatando essa lei que a Assembleia Legislativa aprovou e, diretamente o problema está aí para o pequeno, médio e grande produtor, que não consegue regularizar a sua área por radicalismo do IAP no estado do Paraná e na esfera federal do próprio IBAMA, que utilizam essas leis ambientais de uma forma tão radical que está inviabilizando o setor produtivo da agricultura e da pecuária dentro do nosso Brasil e em especial o nosso estado.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Conheço a atuação de V. Exa. na área da agricultura do Paraná. V. Exa. é membro da Comissão de Meio Ambiente e Agricultura nessa Casa e tem participado intensamente na Comissão no sentido de buscar alternativas que possam realmente ajudar a todos os paranaenses.

Concedo aparte ao Deputado Welter.

#### O Sr. Elton Welter (PT)

Quero dizer a V. Exa. que é fundamental que achemos uma alternativa para compensar a reserva legal, principalmente aos pequenos agricultores. Defendo a tese de que esse Parlamento, inclusive vou elaborar um requerimento pedindo a suspensão desse decreto que o Governo Federal fez, apesar de ter sido adiado. Concordo com V. Exa., isso é inaplicável. Isso foram os burocratas do meio ambiente que fizeram e não deram a orientação política devida, na minha avaliação. É fundamental que subscrevamos um requerimento pedindo a suspensão desse decreto. E defendendo a seguinte tese, Traiano: acho que este Parlamento precisa se posicionar acerca desse assunto. Estou estudando profundamente esse assunto, precisamos achar um jeito de transformar o

agricultor em prestador de serviços ambientais, se quisermos recuperar as águas, se quisermos recuperar as reservas legais e não garantir renda dessa perda aparente que tem quando compensa com reserva legal.

Temos que transformar, criar um artifício jurídico legal onde possamos definir o agricultor paranaense, onde se abastece de águas via SANEPAR, ou é usado para energia elétrica, fazer com que ele seja prestador de serviços ambientais. Tão logo tenhamos uma legislação como essa, acredito que será difícil trabalhar para recuperar a beira dos rios e os 20% da reserva legal, porque o produtor será recompensado e receberá por aquilo que ele perde, na medida em que recupera com mato.

Sei que existem formas de sustentabilidade ambiental, onde se planta para cortar depois. Dá para plantar frutas para se ter uma renda. Isso demora, isso é no médio prazo, mas existe e temos que trabalhar intensamente nisso, acredito que uma parceria, acredito que o cidadão urbano teria que, de certa forma, ajudar a recuperar o meio ambiente, recuperar a mata ciliar, reserva legal é dever do produtor. Mas ele não pode pagar por isso.

Solidarizo-me com o seu pronunciamento. Temos que achar um método para recuperar o meio ambiente, sem que o produtor tenha prejuízo.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Elton, muito importante a sua participação, até porque sua visão comunga com aquilo que nós também pensamos. Acho que, de pronto, deveríamos tomar uma medida nesta Casa, no sentido de buscar uma solução que freie definitivamente o decreto do Presidente Lula, ou convencê-lo, através da Bancada Ruralista, em Brasília, porque a pergunta que eu faço: se condena as pequenas propriedades a cumprirem a legislação, uma propriedade de cinco hectares tem 70% tomada pela mata ciliar e pela reserva legal, e quem vai pagar esse prejuízo ao pequeno agricultor, uma vez que ele tem um custo, ao longo de toda sua vida, nessa pequena propriedade? Quando lá no passado, os órgãos governamentais incentivavam a derrubada da mata para que ele produzisse, agora vem e penaliza nossos agricultores com multas pesadas!

Gostaria que esta Casa, que o Líder do Governo agisse imediatamente, através de uma ação ao Governador, para que se destacasse definitivamente a aplicação das multas aos pequenos agricultores, até que se ache uma solução para esse assunto. Não podemos, de forma alguma, eu dou o nome do agricultor, Luiz Guilherme Pozzan, do município de Capanema, R\$ 25 mil, multado numa pequena propriedade de 16 hectares. Isso é um crime que se está cometendo para com os pequenos agricultores! Não adianta fazer a defesa, ele já fez a defesa. Disseram a ele que poderia fazer a defesa e 90% de chances ele teria que a defesa seria derrubada. De fato, a aplicação foi ainda muito maior das penalidades ao pequeno agricultor. Portanto, se não houver uma intervenção urgente, uma ação forte do Governador, tenho certeza que

ele terá sensibilidade nesse sentido de estacar, imediatamente, as penalidades, proíba aos senhores fiscais do IAP de andar por esse estado multando os nossos pequenos agricultores porque eles vão inviabilizar a pequena propriedade. Daqui a pouco estarão sendo executados, tendo que penhorar bens para pagar multas como essas que realmente são aviltantes! Não posso conceber isso e tenho a certeza que haverá de ter a grandeza dos Srs. Deputados, do Líder do Governo, do Governador, no sentido de fazermos essa ação imediatamente para estancarmos aquilo que está acontecendo nesse estado.

Vou pedir a permissão aos demais Deputados para que o Líder do Governo se pronuncie, porque acho importante que nesse momento tenhamos uma posição oficial do Líder, que poderá assumir a responsabilidade de avançar nesse assunto.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Ademar Traiano, em primeiro lugar quero dizer a V. Exa. que eu gostaria mesmo, se fosse Governador do Estado, em tomar as decisões, mas quero dizer a V. Exa. que quando na semana passada discutimos aqui o projeto de lei do Deputado Teruo Kato, junto com o Deputado Cheida e discutimos essa questão que envolve a reserva legal, foi justamente no sentido que, provocado pelo Deputado Miltinho Pupio, convidamos o Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, esteve aqui na Liderança do Governo, justamente para tratar esse tema que V. Exa. está tratando, ou seja, dos efeitos da aplicação da legislação.

Temos que reconhecer que, da forma como está, é insuportável para o agricultor, especialmente para o pequeno agricultor. Entendo que é muito grave essas afirmações que V. Exa. faz no sentido que no mundo real, na vida das pessoas, isso acaba interferindo de forma muito forte. Entendo que é necessário que possamos tanto conversar com o Secretário do Meio Ambiente quanto com o Presidente do IAP e encontrar uma solução, um meio termo em relação a esse tema.

Como V. Exa. sabe o Governador Requião ele é o grande defensor da questão ambiental, mas ao mesmo tempo, uma pessoa sensível, se tem uma coisa que o Governador não comete é uma injustiça com os pequenos, especialmente com os agricultores e pequenos agricultores. Então, entendo que devemos desdobrar, de fato, esse seu pronunciamento, no sentido de conversar com o Secretário do Meio Ambiente e com o Presidente do IAP, trazer também o Secretário da Agricultura para essa discussão e encontrar um caminho, para que possamos trazidos aqui trilhar a paz, e que os nossos agricultores, no momento até de dificuldades possam trabalhar de forma correta.

Hoje ainda sentei com o Deputado Teruo, para que possamos votar amanhã em primeira discussão o projeto, porque precisamos avançar nesse tema e ir discutindo com o Governador Requião, uma solução. Entendo que emergencialmente como a febre do termômetro está alta é necessário conversar. De fato quem tem autoridade nesse caso é o IAP.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento, pela seriedade, firmeza, mas entendo que temos que tomar algumas providências, em relação a esse tema.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Deputado Romanelli, agradeço a sua intervenção e aos demais Deputados, e proponho que esta Casa, através da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente promova quem sabe a vinda do Secretário do Meio Ambiente, do próprio Presidente do IAP, aqui, quem sabe a própria Comissão se desloque no interior dos municípios para ouvir, os sindicatos, os pequenos agricultores, numa ação urgente e que possamos dar essa contribuição à agricultura do Paraná. Porque a Assembleia tem sido realmente uma Casa em que as vozes do estado acabam encontrando eco aqui. Porque não defendermos agora a nossa pequena propriedade Presidente Nelson Justus.

Portanto, eu proponho isso que a Casa tome ação imediatamente através da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

Agradeço a todos e quero crer que vamos retomar o assunto já em seguida.

### ***Horário das Lideranças:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)***

#### **O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Na verdade, uso o horário da Liderança só para fazer um registro do que aconteceu, no dia de hoje, na parte da manhã, no Restaurante Madalosso. Pela 13ª vez que a FAEP, em parceria com diversas entidades, também com Secretarias de Estado, realizaram o 13º Concurso do Agrinho. Estivemos presentes, outros Deputados Estaduais, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Duílio Genari, Deputado Teruo, a Deputada Cida Borghetti, outros Deputados Estaduais que agora não me lembro o nome, Deputados Federais, diversos Secretários, inúmeros Prefeitos, o Prefeito Beto Richa, o Secretário da Prefeitura de Curitiba, autoridades de outros estados, e dizer que o primeiro Agrinho que aconteceu no Brasil foi no estado do Paraná.

É um trabalho que envolveu 76 mil professores, tanto da rede pública, como da rede privada. Esses professores foram treinados, tiveram treinamento de oito horas cada um. Foram inúmeros os cursos realizados em todos os municípios do estado e que envolveu 1 milhão e 500 mil estudantes da rede pública e da rede privada do ensino fundamental.

Diversos professores, alunos que foram premiados e que, desses trabalhos que foram realizados pelos alunos, a escola por sua vez escolheu o melhor trabalho, e de cada escola esse trabalho veio aqui para Curitiba, tudo coordenado pela FAEP, pelo Presidente Ágide Meneghetti e o SENAR - PR, que estavam juntos e também as Secretarias de Estado, como disse, e outras entidades que são participantes que organizam o Agrinho.

Então, de todos esses trabalhos foram selecionados os melhores, e os melhores foram premiados. Alunos e professores. E dos melhores, foram selecionados os melhores ainda: o melhor dos melhores. E quatro professores todo ano, também são premiados. Cada um com um carro novo, 0 km. Então, quatro professores. Professor de Curitiba, outro de Carambeí, de Terra Boa e se não me falha a memória, o município de Pitanga. Foram os quatro municípios que através de seus professores, tiveram o melhor trabalho.

Temos que cumprimentar estes quatro professores, mas na verdade se estende aos 76 mil professores que estavam envolvidos neste projeto, que acontece todo ano. E para termos uma idéia, o universo, com quantas pessoas se mexe, este projeto, é 1 milhão e 500 mil alunos do Paraná. Este programa teve origem aqui no nosso estado e hoje já está sendo realizado, parece-me, em nove estados da nossa federação.

Por esta razão ocupo este espaço, para parabenizar a FAEP, na pessoa do seu Presidente Ágide Meneghetti, as entidades que participaram, as Secretarias do Governo do Estado, a Prefeitura de Curitiba, quer dizer, também os patrocinadores, as empresas a patrocinam, que fazem esta parceria, para que a premiação possa ser concedida para os professores.

O objetivo principal disso é a questão do meio ambiente. É este pronunciamento que V. Exa. fez, Deputado Ademar Traiano. Sabemos que precisamos controlar o meio ambiente. Precisamos, sim, mas nós também não podemos inviabilizar a sobrevivência dos pequenos agricultores no nosso estado e no nosso Brasil, ainda mais quando alguns fiscais se formam nos bancos escolares, fazem um concurso público, entram numa Secretaria, assumem um posto de fiscal do meio ambiente, como é o caso do IAP. E não é só no Paraná. É no Brasil inteiro. Então, me parece que estas pessoas são intocáveis. Para eles parece que não interessa se o pequeno agricultor pode ou não sobreviver, se precisa sobreviver ou não. Ele que aplicar a multa. É o rigor da lei.

O pequeno agricultor quer conservar o meio ambiente. Ele está convencido disto. Mas, o que precisa é o bom senso. O bom senso, primeiro, dos governantes. Quando falo governantes, falo dos estaduais, do Brasil inteiro. E também do Governo Central, que é o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, como também é preciso ter o bom senso do próprio IBAMA.

Então, este tema foi tema central e principal do Agrinho deste ano, a questão do meio ambiente. Fazer com que possamos mudar a consciência da sociedade,

para que as crianças que hoje estão nos bancos escolares, possam crescer e tragam consigo que precisamos conservar o meio ambiente, sim, mas por outro lado, fora do projeto Agrinho, nós precisamos também que o Governo do Estado, através de seus órgãos que controlam e fiscalizam o meio ambiente, têm que ser mais sensíveis e até fazer com que sejam mais acessíveis com nossos agricultores e com a própria sociedade do estado do Paraná.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Temos um projeto de lei aqui na Assembléia Legislativa, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli Filho, que é de extrema importância. Tanto é que na semana passada, quando recebemos a visita dos Diretores do CREA, eles pediram inclusive uma atenção redobrada com relação a este projeto, que fala justamente do IAP, fala sobre os prazos para concessão de licenças ambientais pelo IAP. Que ficam estabelecidos pela presente lei, 30 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP.

Hoje é uma bagunça. Hoje não existe prazo e vai se estendendo e as pessoas, os produtores, acabam sofrendo muito. Então, precisamos priorizar estes projetos. Estes debates aqui na Assembléia Legislativa são essenciais e eu parabeno V. Exa. por abordar este assunto tão importante. Parabeno também o Deputado Fernando Ribas Carli Filho, pela proposta deste projeto.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço ao Deputado Marcelo Rangel. E, Presidente Nelson Justus, é este o registro que eu queria fazer na Sessão de hoje. Enaltecer o trabalho da FAEP e de todas as entidades que participaram da organização do Agrinho, de todos os professores e também os alunos, que fazem acontecer esse projeto no nosso estado.

Concedo um aparte ao Deputado Ribas Carli Filho.

#### **O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)**

Em relação ao seu pronunciamento e ao que o Deputado Marcelo Rangel disse. Gostaria de sensibilizar os demais Parlamentares para que os prazos realmente sejam cumpridos pelo IAP, porque talvez não nos caiba aqui delimitar prazos para o Executivo. Nós como Parlamentares não temos essa prerrogativa, Deputado Marcelo. Estudando a fundo, melhoramos e evoluímos o projeto, mas mesmo nós não podendo estabelecer prazos para o Executivo, deve haver um consenso. Para isso quero convidá-los para fazermos uma Audiência Pública a respeito do tema, para que juntos, aqui no Legislativo paranaense, possamos chegar a um acordo para que não somente o IAP possa ditar as regras, mas também que os proprietários também tenham prazos para serem cumpridos e tenham direito de saber o tempo de vistoria, liberação de licenças ambientais, licenças de instalação, no caso de indústrias, para que não fique um, dois, três ou cinco, muitas vezes, esperando pela boa vontade ou a falta dela de técnicos do Instituto Ambiental do Paraná.

O SR. ELIO RUCH (DEM)

Deputado Fernando Carli, só para dizer em relação à questão a reserva legal e do pronunciamento muito bem feito pelo Deputado Ademar Traiano, que realmente dá para ver que o senhor estudou o assunto, veio com dados e documentos e trouxe ao conhecimento não só da Assembléia, mas do Paraná inteiro, do abuso que existe por alguns fiscais - não vamos generalizar também - dentro do IAP, que têm a petulância de querer aplicar multa de R\$ 25 mil a um pequeno agricultor. Na verdade, para ele conseguir pagar essa multa, com quatro hectares de terra, ele deve trabalhar uns 10 anos ou mais, não gastando dinheiro em outra atividade, a não ser para sua sobrevivência.

Por essa razão, Deputado Carli, concordo com V. Exa. quando diz que deve existir o equilíbrio e também aquilo que sempre temos falado: equilíbrio e cautela não fazem mal para ninguém. Quer dizer, queremos preservar o meio ambiente? Sim, queremos preservá-lo! Agora, também não podemos acabar com uma atividade dos nossos pequenos agricultores, quando na verdade o Governo Federal, que tanto fala do pequeno, e o Governo do Estado do Paraná, que tanto fala das classes C, D e E, e quando se fala dessas classes não se fala só dos moradores da área urbana, mas também daqueles que habitam o interior do estado do Paraná, e esses pequenos agricultores se enquadram exatamente nessa faixa.

Por essa razão, não dá para penalizar. Vamos orientar fazer com que todos nós possamos cumprir a legislação, mas dentro do razoável tempo possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Gostaria de chamar a atenção da Casa para dizer que estivemos conversando com a Secretária da Criança e Juventude do Estado do Paraná e a convidamos para vir a esta Casa, o que prontamente nos atendeu e estará nesta Casa amanhã, às 11h. E nós aproveitamos a estada da Dra. Telma aqui na Assembléia Legislativa para convocar os membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e Adolescente, os Srs. Deputados

Ademar Traiano, Antonio Belinati, Fernando Carli Filho, Elio Rusch, Pedro Ivo, Beti Pavin, bem como os seus suplentes, para participarem dessa reunião. Nós agimos de uma forma intempestiva, porque assistimos todos os dias casos e mais casos de violência contra as crianças. Então, mais do que buscar culpados, é sentar amanhã com a Secretária e colocar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como um ator social junto, na briga ou na busca de soluções para esse problema. Precisamos prevenir outros casos de violência. E amanhã estaremos discutindo, junto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, da Mulher e do Adolescente, soluções e medidas que visem principalmente evitar que casos como esses, trazidos pela imprensa, se repitam no estado do Paraná. A reunião será amanhã, às 11h, na sala das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Então, estão convidados os membros da Comissão e todos os Deputados.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

## ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ouvi com atenção o pronunciamento feito pelo Líder do PPS nessa Casa, o Deputado Douglas Fabrício. E eu fiz, Deputado Douglas Fabrício, em função do respeito que tenho por V. Exa., como também tenho pelo ex-Deputado Rubens Bueno, e a nota do PPS sobre a rejeição à reforma tributária, lamentavelmente antecipa uma decisão que eu esperava que o PPS pudesse tomar num tempo apropriado. Porque, olha, nos propusemos todos a correr este estado, a realizar as Audiências Públicas, que têm sido extremamente bem freqüentadas, onde em cada uma dessas Audiências cerca de 150 representantes dos diversos segmentos econômicos e da sociedade civil organizada têm participado deste debate, tenho visto V. Exa. participar dessa discussão, e ao mesmo tempo temos tido uma maciça presença das Sras. e Srs. Deputados, o que demonstra uma responsabilidade dos Parlamentares, Deputado Pugliesi, em promover esse debate.

O fato, Sr. Presidente, é que temos que ter uma situação em que não se pode politizar esse tema antes do tempo, ou seja, num determinado momento, eu entendo, claro, a Oposição poderá se reunir e poderá ser contra a reforma tributária, mas neste momento que a Casa faz um esforço para poder, de fato, viabilizar um processo de discussão com os segmentos econômicos, entendo que é precipitada, extemporânea essa rejeição pelo PPS à reforma tributária. E digo isso porque muitos dos argumentos que estão aqui sendo expendidos pelo Presidente do PPS, Deputado Rubens Bueno, eles já foram de forma bem taxativa, de forma absolutamente clara, desmentidos pela própria sociedade civil organizada, que está sendo convocada a discutir o tema.

Olha, em Ponta Grossa, a nossa querida Ponta Grossa, na minha avaliação teve uma das melhores reuniões. E por que Ponta Grossa teve uma das melhores reuniões? Porque eu sempre digo, o povo de Ponta Grossa tem opinião, tanto os que foram a favor, ou os que foram contra, foram radicais nos seus posicionamentos. E lá ouvi aquilo que tenho dito aqui: em nenhum outro município eu ouvi com tanta clareza e transparência, por exemplo, um representante do segmento dos medicamentos, dos fármacos, que é conhecido dos Deputados de Ponta Grossa, aliás, os que se manifestaram, pelo que conheci, pelo que vi lá, são pessoas respeitadas lá em Ponta Grossa, como empresários, foram à tribuna e disseram: "Reduzam o imposto que nós reduzimos aqui o preço do remédio." Da mesma forma supermercadista que falou em nome do setor: "Reduzam o imposto que vamos repassar esse imposto 100% para o consumidor". Foi isso que disseram os representantes lá em Ponta Grossa.



Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

V. Exa. falou muito bem, não devemos partidizar esse projeto.

Temos que fazer estudos aprofundados. Já disse, por várias vezes nesta Casa, que vou apresentar diversas emendas. Apresentei, pelo menos, sete tópicos que, na minha opinião, ainda estão obscuros no projeto de lei.

Estamos ouvindo pessoas, setores que são favoráveis a esse projeto. Por outro lado, é preciso que fique bem claro que o combustível, a energia elétrica, as telecomunicações fixa e celular vão subir no estado do Paraná. E precisamos fazer um estudo com relação à balança tributária, que a meu ver está descompensada em alguns pontos.

Especificamente com relação aos remédios, o projeto é bom. Com relação aos produtos de mercado, o projeto é bom, mas não existe garantia nenhuma. Ninguém me provou que os produtos vão baixar. Pelo contrário, quando se aumenta a energia elétrica, principalmente neste momento de recessão, de crise, é perigoso mexer com tributos.

Lá em Ponta Grossa, Diretores de indústrias deixaram claro que suas indústrias poderão não mais aplicar dinheiro do estado do Paraná. Poderemos, através desse projeto, prejudicar a vinda de novas indústrias para o nosso estado.

Não sou contra uma reforma tributária. Pelo contrário, temos que reduzir tributos, mas no momento apropriado, pois este é um momento difícil em todo o mundo.

Muito obrigado.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. conhece as pessoas lá em Ponta Grossa que se manifestaram. Em relação à indústria, Deputado Marcelo Rangel, estamos falando dos cervejeiros. Esteve lá um representante dos cervejeiros reclamando do ICMS do Paraná.

Bom, que elevou o ICMS da cerveja para 27% no Paraná, foi o ex-Governador Jaime Lerner. Desde 2001 que o ICMS da cerveja é 27%; em São Paulo é 18%.

O que ele disse: “Ora, quando fazem contrabando, temos um problema aqui. Contrabando não, sonegação fiscal, desculpem o termo. Não é proibido, é um descaminho, mas do mercado. É uma sonegação fiscal”. Se cometer sonegação fiscal é crime e, claro, tem que estar, de fato, apurando isso.

Agora, a indústria, sinceramente, se tem um segmento que não pode reclamar deste Governo é a indústria. E eu disse isso lá na FIEP, e chamo a FIEP para a responsabilidade, porque quando tínhamos que fazer alguma coisa muito positiva para a indústria paranaense nós fizemos. Qual foi? Foi a dilação de 18 para 12 na relação entre contribuintes, sendo que 18 passaram a ser para o consumidor final e a indústria teve um grande ganho, na verdade da competitividade. Isso é possível, sim, a indústria contribuir um pouquinho, até porque

sabemos que nenhuma indústria vai pagar R\$ 1 a mais por causa do ICMS da energia. Paga o ICMS, credita na conta gráfica debita e está resolvido o tema. Não paga R\$ 1 a mais do aumento da tarifa de energia. O resto, o mais, é balela, essa conversa que a indústria vai ser prejudicada, em absoluto. E os outros dados para a indústria, na verdade, são absolutamente relevantes, tanto comunicações, como gasolina, são itens na verdade muito pequenos na indústria.

Não estamos tratando daquilo que pode ser, de fato, preocupante para a indústria, que é a energia elétrica. Isso a indústria está absolutamente tranqüila, como também resolveu os problemas os entrepostos. Na verdade, estão bem resolvidos. E o projeto, claro, aceita emendas. As emendas poderão vir, poderemos discutir pontualmente sem descaracterizar o projeto, mas não podemos perder esse oportunidade de reduzir o preço ao consumidor final, que é isso que interessa, é o povo, o povo mais pobre, sofrido deste estado, pagar menos, quando vai ao mercado ou quando vai a uma farmácia. É isso que interessa para o povo, os bens de consumo salário, é para o povo que o Governador Requião e nós governamos o Paraná.

Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 036/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle do estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 037/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 038/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14260, 22/12/03 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA), aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2009. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 056/08, subscrito pelo Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, solicitando antecipação da data do término de sua licença para tratamento de saúde, concedida pelo Plenário desta Casa em 04/08/08.

**À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 068/08, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária da última quinta-feira, (13/11), em virtude da inauguração da nova sede da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava - ACIG.

**À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 12 e 13 do corrente mês, devido a compromissos particulares.

**À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 19, 25, 26 e 31/03, devido a compromissos particulares.

**À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 387/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação a cessão de ônibus escolar para o Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas, no município de Palmeira.

**À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 388/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente da URBS, instalação de câmeras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos administrados pela URBS.

**À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 389/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Sr. Prefeito do município de Curitiba, a instalação de câmeras de segurança, com o recurso de gravação, nas instalações e equipamentos públicos municipais.

**À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 390/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando à Mesa seja oficiado à Superintendência de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Castelo Branco.

**À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.**

**À Diretoria Legislativa.**

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, acredito que esses dois projetos do Deputado Osmar Bertoldi são de extrema importância, mas já encaminhei projetos com mais ou menos a mesma súmula e infelizmente não passaram na CCJ. Creio que através de indicação seja o melhor caminho, através da Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Quando eles chegarem à CCJ, então serão apreciados dentro da sua constitucionalidade ou não.

Requerimento nº 3272, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário no dia 13/11, devido a reunião institucional com membros da Associação da Polícia Federal.

**À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3274, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando à Mesa a designação de missão oficial para representar a Assembléia Legislativa, nos dias 10 a 12 do corrente mês, integrando comitiva oficial do Presidente da República, em viagem à Itália, sem ônus para esta Casa.

**À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que denomina contorno Pedro Marioto, o contorno sul, localizado no município de Jaguapitã. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/08, de 10/09/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 381/08**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi tem por objetivo denominar o contorno sul do município de Jaguapitã. Foi solicitado, pelo próprio autor do projeto, o esclarecimento da Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de encaminhar parecer técnico acerca da viabilidade do projeto. O Secretário Especial para Assuntos Rodoviários respondeu à solicitação através do Ofício nº 001/SEAR-AT e o projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça para análise de tal ofício.

##### **Fundamentação**

Em sua resposta à diligência solicitada pelo autor do projeto, a Secretaria de Estado dos Transportes considerou que o Projeto de Lei nº 381/08 não encontra óbice ao seu normal prosseguimento e aprovação.

Isto porque, segundo a Informação nº 22/08-DOP/CGM, da Diretoria de Informações do Departamento de Estradas de Rodagem, cuja cópia encontra-se anexada ao referido ofício e por meio da qual o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) se manifesta sobre o assunto, o trecho não possui denominação até o presente momento.

Desta forma, uma vez recebida a informação de que o projeto de lei não visa alterar o nome do referido trecho, uma vez que o mesmo ainda não possui denominação, não há óbice a sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Ante o exposto, nos termos da resposta da diligência encaminhada à Secretaria de Estado dos Transportes, uma vez que o presente projeto de lei encontra-se dotado de constitucionalidade e legalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 381/08

#### **P A R E C E R :**

De autoria do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, tem o presente projeto de lei a finalidade de denominar de contorno Pedro Marioto, o contorno sul, localizado no município de Jaguapitã.

Objetiva o nobre autor, homenagear um pioneiro da cidade de Jaguapitã, falecido em 02/12/97, que com sua forma decisiva e ser uma pessoa de extrema responsabilidade social e política, muito contribuiu na busca de alternativas para o desenvolvimento daquela comunidade, tendo participado da emancipação política de Jaguapitã.

Ante o exposto e no que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, estando o projeto de lei de acordo com a técnica legislativa e constitucionalidade, oferecemos parecer favorável, recomendando aprovação.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Sensibilizar - ASSEN, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/08, de 21/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 420/08

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de utilidade pública estadual a Associação Sensibilizar - ASSEN, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/11/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Plauto Miró, Francisco Bühner, Edson Strapasson e  
Ribas Carli Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 076/08

#### **P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição supracitada, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

As despesas, constantes nos documentos entregues à este Relator, da Proposição nº 076/08, que trata da verba acima, encontram-se em conformidade com a sua regulamentação, atendem a legislação ora vigente e não restam quaisquer dúvidas quanto a sua exatidão, merecendo sua aprovação.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 05/11/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

## Redação Final

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe que o Governo do Estado do Paraná construa obras, bem como libere financiamento para tal fim, sobre malha ferroviária instalada. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/08, de 05/05/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 200/08, de autoria dos Deputados Luiz Nishimori e Cida Borghetti, que denomina rodovia José Carlos de Carli, o trecho da estrada estadual PR-454, que liga Astorga à Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 360/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui o Dia do Rio Paranapanema. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/08, de 20/08/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 408/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Aquarela, com sede no município de Curitiba, comarca da região metropolitana de Curitiba foro central. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/08, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

## 3ª Discussão

### ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, dispõe sobre a instalação de detectores de metais em terminais rodoviários e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto Aprovado.**

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3174, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3175, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3198, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3200, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3201, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni e Reni Pereira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Entendo que a FIEP, como as demais entidades, deverão e poderão participar da Audiência Pública, que será promovida na sede da Associação Comercial do Paraná, por esta Assembléia Legislativa, no próximo dia 26 de novembro. Não há porquê se dar um tratamento diferenciado ao Presidente da FIEP, ressalvado que ele venha tratar de outro tema, que não seja o da reforma tributária. No mais, entendo que é o princípio da isonomia que devemos tratar. Seria bom ouvir os Presidentes da FAEP, da FECOMÉRCIO. A metodologia que adotamos de ouvir os diversos segmentos econômicos nas Audiências Públicas, já é próprio. Se for outra pauta, outro assunto, acho que é interessante. Agora, especificamente sobre reforma tributária, entendo que há um fórum promovido por esta Casa, que penso ser o apropriado para poder promover esta discussão. Os representantes da FIEP têm participado sempre com posicionamentos, na minha avaliação, interessantes, com contribuições boas. Certamente, o Presidente da FIEP, Rodrigo Rocha Loures, poderá participar da Audiência Pública de Curitiba, no dia 26 de novembro, não precisando ele pessoalmente se deslocar nem para Londrina, nem para Maringá. Poderá participar aqui em Curitiba mesmo. O meu entendimento é neste sentido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Sr. Presidente, temos acompanhado as Audiências Públicas e, na verdade, há posicionamentos contrários, há posicionamentos favoráveis.

O Presidente da FIEP, o posicionamento dele para nós é importante, porque ele representa todas as indústrias do Paraná.

Não vejo com essa preocupação do Deputado Romanelli. A presença do Presidente da FIEP só engrandece esta Casa e também ele tem a obrigação com os seus associados, seus filiados, de trazer aqui um posicionamento claro. Inclusive, promoveremos aqui um debate, porque estamos para votar essa mini-reforma tributária e ainda não está nada claro. Tenho provocado, nas Audiências Públicas, o contraditório, para procurar que possamos votar isso com clareza e as emendas que fomos apresentar, que possamos estabelecer um ponto de equilíbrio.

Acredito que o Governo está estabelecendo uma forma de arrecadação muito eficiente, porque não há como sonegar e temos que buscar isso. Mas, tenho muita preocupação de sobrecarregarmos as indústrias. As indústrias que geram emprego e, se não houver emprego, não há renda. E o Presidente da FIEP, nesse contexto é importantíssimo. Como também das outras entidades que possamos aqui estabelecer um grande debate.

Então, peço ao Deputado Romanelli que compreenda o requerimento aqui feito pelo Deputado Rossoni, pelo Deputado Reni, por mais um Parlamentar. Fui procurado pelo Deputado Reni para subscrever este requerimento e por isso que estou dando encaminhamento. E fazendo um apelo ao Deputado Romanelli: se ele se posicionar contrário, que adiemos a votação para o dia de amanhã, que daí o autor, o Deputado Reni Pereira, estará presente e poderá fazer a defesa como estou fazendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria de sugerir V. Exas., que concordo que é importantíssimo ouvirmos em todas as Audiências Públicas os representantes da FIEP.

Este requerimento é dirigido à Presidência da Casa e gostaria que pudéssemos discutir, inclusive com o Presidente da CCJ, o Deputado Durval Amaral, que é através desta Comissão que estamos conversando com a Liderança. E, nada contra que se convide um ou outro empresário para que venha discutir na CCJ a esse respeito, mas gostaria que não atropelássemos. Pediria a V. Exas. que não tivéssemos que votar este requerimento, sentássemos com o Presidente da CCJ para conversar. O objetivo é o mesmo. As Audiências Públicas têm avançado muito e não vejo razão para que não possamos, da maneira mais democrática possível. Ao invés de votarmos um requerimento para que ele venha a Plenário, a CCJ pode convidar esse ou aquele Líder. Sou bem sincero, acho que não deveria vir a Plenário, porque diz assim: “Seja convidado no horário do Grande Expediente, em data a ser acordada com esta Presidência e lideranças”.

Acho que podemos acordar com o Presidente da CCJ e resolvermos esse assunto sem termos que votar no plenário.

Por isso, solicito a V. Exas., se poderemos deixar o requerimento como retirado. Concordam os Líderes da Oposição, do Governo?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só gostaria de sugerir o seguinte: já que o Deputado Reni Pereira foi autor do requerimento, e na ausência dele na Sessão de hoje, e a sugestão apresentada por V. Exa. e também o próprio Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Romanelli, acho que todos queremos discutir esse projeto. Quanto mais discutir, quanto mais pessoas conseguirmos ouvir, melhor vai ser para a Assembléia e melhor vai ser até para formarmos o nosso juízo em torno desse projeto tão importante que está tramitando na Assembléia Legislativa.

Aí, pedimos para retirar, realmente, vamos conversar com o Deputado Reni, amanhã ele vai estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com o Deputado Durval Amaral, convidamos, fazemos uma reunião...

(vozes paralelas)

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

...sim, vamos fazer uma reunião, para não dizer que aprovamos ou rejeitamos o requerimento. Deixamos o requerimento, retira da pauta até amanhã que o Deputado Reni vai estar de volta.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3217, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, só queria fazer uma colocação a V. Exa. Todos os requerimentos hoje que protocolamos na Mesa estão sendo lidos, todos. Não tem nenhum requerimento que...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. mudou os critérios?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tem alguns votos de pesar que quando o número é muito grande, desde que combinado com o autor do requerimento, não temos lido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É, porque veja bem, Sr. Presidente, acho que todo requerimento, diz o Regimento Interno, deve ser votado.

Então, gostaria que V. Exa. cumprisse o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, não, não. Alguns requerimentos nós encaminhamos diretamente à Mesa Executiva, e aí a Mesa fica...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas falecimento, não....

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, não...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Porque tem Deputado apresentando, com todo o respeito, Sr. Presidente, tem Deputado apresentando voto de pesar em atacado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aí nós não lemos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pois é, daí é atacado, não é? Precisa ver isso aí. Era bom que as pessoas soubessem que tem Deputado apresentando...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não temos que respeitar o pedido de cada Deputado, ainda mais numa situação como esta.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pois é, mas respeitar mais o sentimento das pessoas e não usar isso para fazer politicagem... (**vozes paralelas**)...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 3216, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3220, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3177, 3221 a 3229, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3231, de autoria dos Deputados Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch e Ademir Traiano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Jocelito tem razão, porque na semana passada o Vice-Presidente desta Casa, Deputado Antonio Anibelli, mudou, por decisão unilateral, um acordo que havia sido firmado entre a Presidência e as Lideranças da Casa para que fossem votados pela Mesa, única e exclusivamente, os requerimentos que contêm assuntos relevantes ou pedidos de informações.

Este critério foi modificado de forma unilateral, sempre que houvesse um debate entre as Lideranças.

Eu receio que nós, novamente, vamos começar a banalizar um conjunto de requerimentos. Tem razão mais uma vez o Deputado Jocelito aqui.

Enfim, me submeto sempre à decisão da maioria. Se a maioria quiser, será desse forma. Por outro lado, no mínimo, é necessário que se, de fato, for essa mesma a decisão da Presidência em relação aos requerimentos, que serão todos eles apresentados e votados aqui, até os de pesar, entendo que deverá se deixar, ou para o início ou para o final da apresentação dos requerimentos de pedidos de informações ou requerimentos relevantes. Isso por conta que fica difícil, Sr. Presidente, estou aqui entupido de requerimentos, de saber exatamente o que está sendo votado na Mesa. Tanto eu quanto o Líder da Oposição temos o dever, a obrigação aqui, favorável ou desfavoravelmente, mas temos que ter o mínimo de organicidade para fazê-lo.

Então, entendo que a Mesa deve elencar os requerimentos, não por ordem de protocolo, mas por ordem de importância, porque senão fica difícil trabalhar aqui no plenário em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., temos apenas quando os Deputados solicitam que seja lido, aí nós lemos, mas realmente não iremos, nesse caso, obedecer a ordem de protocolo. Deixamos para o final para facilitar a vida dos senhores.

Requerimento nº 3262, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3263, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, estou encaminhando nesta tarde, pedido de informações ao Sr. Secretário Luiz Fernando Delazari. Gostaria de saber exatamente o efetivo de policiais militares e civis nos maiores municípios do estado do Paraná: Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa e Curitiba. Também estendi à cidade de Castro por razões de ter acontecido, neste final de semana, algumas situações de Segurança Pública, mas primordialmente aos municípios de maior população aqui no estado do Paraná. Vamos fazer um estudo bem aprofundado com relação ao efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil. Mais uma vez, volto a cobrar do Sr. Secretário da Segurança, porque já está fazendo aniversário a reunião que fizemos aqui na Assembleia Legislativa, aonde foi tratada a questão do soldão, aumento do soldo que hoje é menor do que o salário-mínimo vigente no país e também em relação ao aumento de efetivo que é necessário, principalmente com o aumento de violência no nosso estado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, não vou entrar no mérito do pronunciamento que o Deputado Marcelo Rangel fez por conta que não é objeto do requerimento, é uma consideração e eu respeito esse aspecto.

Em relação às informações requeridas, acho que é um direito e um dever da autoridade prestar essas informações. O Secretário da Segurança Pública tem o dever, sim, de explicar exatamente qual é o efetivo, e diria mais, qual é a correspondência do efetivo com o número da população, para que se possa ter uma avaliação em relação a esse tema.

Não tenho dúvida que nós aqui temos, no estado do Paraná, a mesma situação que têm outros estados em termos de efetivo da Polícia Militar. Uma Polícia Militar extremamente competente, profissional e quem tem prestado um relevante serviço à nossa população. Entendo que as informações são importantes, relevantes e o Deputado Rangel vai ver como é numeroso o contingente de policiais que temos nas cidades elencadas.

Era isso.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Não há inconveniente nenhum da Secretaria da Segurança informar os números de quantos policiais temos hoje nas grandes cidades do Paraná. O requerimento do Deputado Marcelo Rangel tem intenção de esclarecer quantos policiais tem. Não há com o que se preocupar. O Governo que não mostra quantos policiais tem vai explicar o quê? Quero encaminhar favorável. Acho que desde aquela reunião que tivemos na sua sala, de lá para cá pouca coisa aconteceu do que foi prometido, do que foi comprometido pelo Secretário, acho que pouco foi cumprido.

Por isso, voto a favor, para que se tenha exatamente o número de quantos policiais se tem nas grandes cidades.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)**

Conversei com o autor do requerimento e acho que é importante, quero agradecer, Deputado Romanelli, a demonstração de querer aprovar o requerimento de incluir um outro item. Outro item: qual o número total no estado do Paraná de policiais militares e civis?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Aí é outro requerimento. Nada impede que V. Exa. faça outro requerimento, e acho perfeitamente viável, e a Liderança do Governo pode verbalmente solicitar. Não vamos emendar no requerimento, que já estamos encerrando a discussão, em votação e vamos aprovar o requerimento.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Ressalvados aqueles números referentes à Polícia P2, entendo que esses números são públicos. Ao mesmo tempo entendo que o requerimento tem que estar formulado de uma forma que possa ficar inteligível.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrada a discussão em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3280, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Antonio Belinati, Douglas Fabricio e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Discutir)**

Mas queria fazer uma ponderação. Não entendo que essa Comissão Especial seja de investigação, entendo que essa Comissão é uma Comissão Especial para tratar de um assunto, que na minha avaliação é relevante, mas ao mesmo tempo não entendo que seja uma Comissão Especial de Investigação. É prevista regimentalmente a criação da Comissão Especial para apurar ou para poder discutir o tema, ou acompanhar, são vários verbos que podemos usar. Mas a Comissão não é de investigação. Peço para discutir, para não votar esse requerimento hoje, mas no sentido que o autor pudesse fundamentar por quê Comissão Especial de Investigação. Entendo que não é investigação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Solicito ao autor. É uma Comissão Especial para tratar de assuntos a respeito da reserva legal e proteção de matas ciliares. A palavra investigação, por uma questão de hermenêutica, pode ser substituída.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Exatamente isso, houve um erro de ortografia. Não é esse o objetivo. Apenas para acompanhar os procedimentos que estão acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se na forma regimental.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Podemos votar?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Desde que suprimida a palavra investigação.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Está suprimida. **Aprovado.**

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Aproveitando a oportunidade de Comissão de Investigação, queria perguntar como vão as CPIs apresentadas pelo Deputado Romanelli. Aquelas cinco CPIs que o Deputado Romanelli apresentou. Acho que já vai fazer um ano de aniversário. O que deu? Andou? Foi nomeada? Quem fim levou? A princípio chamei de CPI Laranja. Aquela CPI vai andar, não vai andar, foi só para preencher espaço? O que vai dar essa CPI, ela acabou? Ela morreu na casca?

Essa nem terminou em pizza, ela começou em pizza.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. não teria uma pergunta mais fácil para me fazer neste momento, sem dúvida. mas vou consultar a assessoria da Casa, vamos ver aonde é que ela anda.

Requerimento nº 3260, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3273, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3275, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3278 e 3279, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria fazer aqui, publicamente, a entrega ao Deputado Jocelito de uma resposta que me foi oferecida. Vou lhe passar, inclusive, tanto o meu ofício que encaminhei ao Coronel Davi Antonio Pancotti, sobre aquele tema: qual a justificativa para a exigência do DETRAN de solicitar recibo de compra e venda para liberação de motos apreendidas em blitz.

Aqui está a resposta, toda ela bem fundamentada. Como lhe disse, o Coronel Pancotti é uma pessoa que tem um respeito muito grande por essa Casa. V. Exa. recebe a resposta do DETRAN, em mãos. Como lhe disse, foi encaminhado pela Liderança do Governo. Agradeço V. Exa., por ter tido essa compreensão.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só quero agradecer ao Deputado Romanelli. Quando fazemos um questionamento é com a intenção de sabermos os fatos.

Agradeço. Agradeço ao Coronel Pancotti que é uma pessoa que nós respeitamos.

Era o que queríamos, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Requerimento nº 3218, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3219, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3230, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3232, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3233 a 3259, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3261, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia, para providências.**

Requerimento nº 3264, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3266 a 3271, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:****EM VOTAÇÃO**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/08.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/08 e do Projeto de Resolução nº 014/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 381, 420/08 e do Projeto de Resolução nº 021/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 333, 385, 443 e 446/08 e do Projeto de Resolução nº 016/08.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações****Atas de Comissão****Constituição e Justiça****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente



reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Carlos Martins. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 219/08 de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. O Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento do autor de retirada de pauta do presente projeto de lei. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 257/08 de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 385/08 de autoria dos Deputados Durval Amaral e Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 475/08 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer do Deputado Carlos Simões FAVORÁVEL à emenda de Plenário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 05) Projeto de Lei nº 373/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Administração - DEFERIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 378/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 397/08 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Os Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri e Artagão Júnior SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 410/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Tadeu Veneri, Relator, acolhe a sugestão do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerendo a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 414/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 432/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Tadeu Veneri, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 322/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 446/08 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 461/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 465/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

## Redação

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 288/08, 352/08, 356/08 e 358/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 802/08 e 124/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 152/08, 174/08 e 232/08 e ao Projeto de Resolução nº 017/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais

para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 208/08, 215/08, 332/08 e 347/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Caíto Quintana apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 350/08, 366/08 e 372/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final

aos Projetos de Lei nºs 331/08, 362/08 e 345/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 368/08, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 401/08, 418/08 e 434/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado

Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 336/08, 371/08 e 367/08 e o Deputado Professor Luizão relatou o Projeto de Lei nº 369/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão relatou o Projeto de Lei nº 032/08, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 215/08, 332/08 e 347/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Resolução nºs 019/08 e 020/08 e ao Projeto de Lei nº 242/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Caíto Quintana apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 705/07, 117/08, 290/08, 301/08, 338/08 e 394/08, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

## ***Publicações Administrativas***

### ***Procuradoria Geral***

#### GABINETE DA PROCURADORIA

**Interessado:** MARIA DA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA

**Assunto:** Revisão de Proventos e reenquadramento

**Protocolo:** nº 7993/08 - ALEP

**PARECER:** nº 205/08 - GAB. PROC.

Senhor Diretor:

Versa o presente protocolo sobre requerimento de MARIA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA, funcionária aposentada deste Poder, matrícula nº 40920, que se

